

O CAPITAL
E OUTROS ESTUDOS

FRANÇOIS CHÂTELET

EDMUNDO FERNANDES DIAS
– Tradução e Organização –
Departamento de Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

textos Didáticos

n° 25 - JULHO DE 1996

TEXTOS DIDÁTICOS

IFCH/UNICAMP

Setor de Publicações

Caixa Postal: 6110

CEP: 13081-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 239.8342

Fax: (019) 239.33.27

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Direção:

Diretor: Prof. Dr. João Quartim de Moraes

Diretor Associado: Prof. Dr. Armando Boito Junior

Comissão de Publicações:

Profa. Argelina Maria Cheibub Figueiredo - DCP, Profa. Guita Grin Debert - DA, Profa. Maria Clementina Pereira Cunha - DH, Prof. José Carlos Pinto Oliveira - DF, Márcio Bilharinho Naves - DS e João Quartim de Moraes (Coordenador).

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva, Elizabeth S. S. Oliveira e Magali Mendes

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Luiz Antonio dos Santos, José Carlos Diana e Leontina Marques Segantini.

Para

Angela Tude de Souza,

Antonio Carlos de Oliveira e

Antonio Ponciano Bezerra,

*pelo paciente, cuidadoso, competente
e amigo trabalho de revisão.*

*A responsabilidade de qualquer falha
cabe, contudo, ao tradutor.*

*Este trabalho é dedicado à memória de
Ivan Motta Dias.*

Sumário

Nota Introdutória do Tradutor	7
<i>O CAPITAL</i> (Livro I).....	11
Nota sobre o Texto.....	13
Prefácio.....	15
1. PREMISSAS.....	17
A Natureza do Marxismo	19
O Materialismo Histórico	25
Uma filosofia da história?.....	25
Uma explicação do funcionamento das sociedades?	29
Economia política e propriedade privada	32
Função do Teórico	34
O trabalho como mercadoria	35
“Preço justo” e lucro	37
2. “O CAPITAL” (Livro I): PERFIL	39
Composição	40
Princípios	43
Aspecto histórico	43
Aspecto metodológico	45
Valor de Uso, Valor de Troca: Teoria da “Civilização”	48
Natureza e cultura	48
Essência da mercadoria.....	50
Medida da mercadoria.....	52
A moeda	54

Do “Possuidor do Dinheiro” ao Capitalista.....	56
O Enigma do Lucro.....	58
A Produção da Mais-Valia.....	61
O sobre-trabalho.....	61
Capital constante e capital variável.....	62
Jornada de trabalho e mais-valia.....	63
O Maquinismo Industrial.....	65
Desenvolvimento científico e mais-valia relativa.....	66
Da manufatura à fábrica.....	68
Expansão do capitalismo.....	70
A Ordem do Salário.....	71
A Acumulação Capitalista.....	73
Capitalização da mais-valia.....	74
As contradições do capitalismo.....	75
A “Civilização”: Esboço de uma teoria da história.....	77
3. POLÍTICA DE MARX.....	81
Prioridade do Político.....	81
Os Objetivos do “Capital”.....	83
Crítica do Reformismo.....	85
<i>SOBRE “OS ERROS” DE MARX.....</i>	<i>89</i>
<i>IDEOLOGIA E VERDADE.....</i>	<i>105</i>
Ideologia e verdade.....	107
O que é Ideologia?.....	107
A crítica marxista da ideologia.....	109
O marxismo petrificado em Ideologia.....	112
Ideologia ou Verdade?.....	114
A passagem da ideologia à verdade.....	116

NOTA INTRODUTÓRIA DO TRADUTOR

Pode parecer estranho que uma obra como a de Châtelet marcada fundamentalmente por uma conjuntura teórico-política em que o marxismo aparecia como teoria e prática da emancipação social possa ainda, depois dos chamados acontecimentos do Leste, merecer alguma atenção.

Os textos aqui reunidos vão de 1961 a 1975. São anteriores ao althusserianismo e posteriores à época de grande fulgor dessa leitura da obra marxiana. Tratam de questões centrais da teoria marxista: da ideologia ao estado passando pela compreensão das leis tendenciais da economia capitalista.

Châtelet seguramente surpreenderá a muitos ao afirmar que o fundamental de *O Capital* é a política e não a economia.

Nosso autor faz parte da melhor tradição marxista: a que renega o economicismo e afirma a necessidade da construção teórica como instrumento de conhecimento do real e de sua transformação. Recusa as posturas epistemológicas ingenuamente empiristas e desfaz-se do positivismo – solo do materialismo mecanicista dominante no “marxismo” dos PCs oficialistas.

O debate sobre a ideologia (*Ideologia e Verdade*) registra, por um lado, a complexidade real da totalidade social e, por outro, demonstra a necessidade de se pensar a centralidade das classes sociais como fundamental para a compreensão do real.

Em os *Sobre Os 'Erros' de Marx* ele demonstra como a utilização do positivismo funciona como desconstrutor da obra marxiana. Mostra a nulidade epistemológica que se afirma nos “fatos” e nega a capacidade de compreensão dialética do real.

Se a verdade está contida nos fatos (posição empirista) basta apenas romper com as ilusões. Essa afirmação se baseia na concepção de que a

maior parte da humanidade vive no erro e entrega aos intelectuais acadêmicos o direito de se pronunciar sobre a verdade. O que é, na realidade, uma postura teológica. Postura muito mais acentuada quanto mais afirma o monopólio de uma única visão dita científica.

Finalmente em o *Livro I* de *O Capital* ele nos mostra em detalhes a profunda articulação entre história, política e economia. “A construção da sociedade racional, do comunismo, na qual não somente a abolição da propriedade privada dos meios de produção, a supressão de todas as classes e a divisão entre trabalho manual e intelectual, mas ainda a desapareição do Estado e o aumento indefinido da produtividade devida ao livre desenvolvimento das ciências e da indústria” estes são os objetivos de *O Capital*. Por isso a prioridade não é dada a uma “compreensão” abstrata das leis de tendência, mas à sua profunda articulação com o projeto de emancipação social.

Assim, para aqueles que nunca se colocaram como passivos espectadores da história, que esperam a construção de um instrumento que permita a intervenção no real e negam as forças cegas (do “destino”, da “economia”, da “providência divina”, enfim, do “progresso”), para todos estes o conjunto da obra marxiana e dos seus desenvolvimentos mais lúcidos a republicação destes textos certamente permitirá aprofundar suas análises e seus projetos.

Ao contrário do que pensam os neoliberais da moda, dos servidores do fetichismo do mercado, daqueles que acreditam no fim da história, a obra – teórica e prática – de Marx, e dos seus companheiros de luta na história, continua como horizonte intelectual e político para toda a humanidade. Pensar com essa obra e através dela deve ser, como diz Châtelet, um processo de construção permanente e nunca uma recitação de uma teologia laica.

Aqui a leitura gramsciana é extremamente importante. Se é verdade que uma visão determinista pode atuar como elemento de coesão enquanto as classes sociais subalternas vivenciam derrotas seguidas, também é verdade que permanecer nesta perspectiva prepara o terreno para a derrota permanente. Enquanto mecanicismo o marxismo pode aparecer como religião laica entre os subalternos e, assim, se esterilizou enquanto processo criativo, afastando-se do modo próprio de trabalho dos intelectuais aos quais acaba por perder.

Empobrecido e enriquecido o marxismo se transformou em ideologia estatal. E tornou-se o braço esquerdo do positivismo.

Perdendo sua capacidade de compreensão do real e transformando-se em ideologia de sustentação de uma construção estatal sem democracia o marxismo caminhou aceleradamente para a sua destruição.

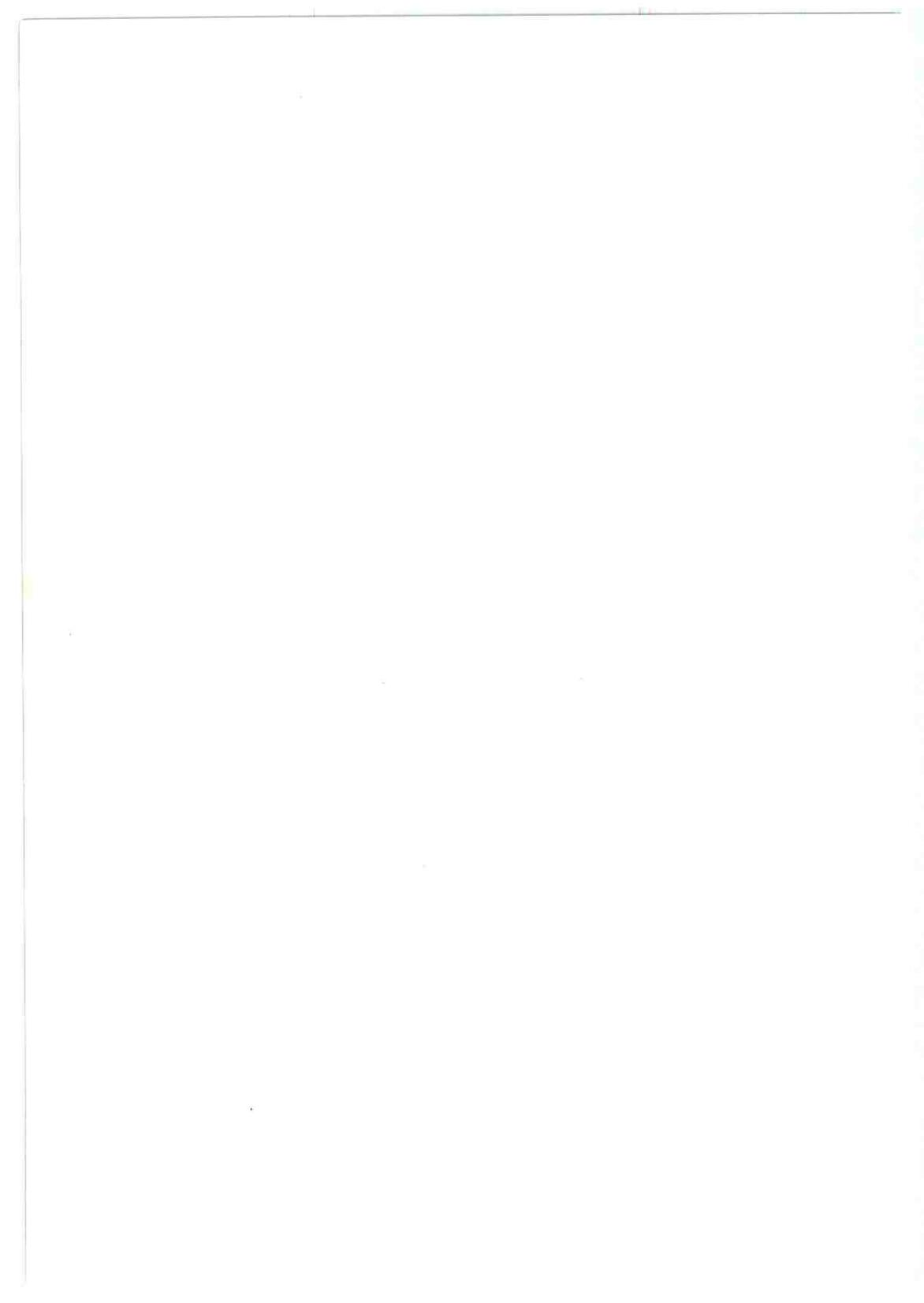
Resgatar seu poder criador e acoplá-lo ao processo de luta das classes subalternas significa recriar a potencialidade emancipatória da teoria e das práticas que ela toma possível.

Por tudo isso este conjunto de textos tem mais atualidade do que possa parecer. Tem a atualidade da luta pela liberdade social.

O CAPITAL (LIVRO I) *
MARX

ANÁLISE CRÍTICA DE
FRANÇOIS CHÂTELET

* Análise crítica de François Châtelet, Universidade de Paris VIII, Hatier, Paris, 1975.



PERFIL DE UMA OBRA*

O CAPITAL (Livro I)

MARX

NOTA SOBRE O TEXTO

O leitor encontrará nas notas as referências essenciais aos textos de Marx utilizados aqui, assim como a dos continuadores e comentadores sobre os quais o autor se apoiou. Elas constituem uma bibliografia seletiva.

Referente aos *Livros II e III*, que seria absurdo pretender resumir, indicamos aqui, apenas a estrutura:

Livro II, O Processo de Circulação do Capital;

seção 1: As metamorfoses do capital e seu ciclo;

seção 2: A rotação do capital;

seção 3: A reprodução e a circulação do conjunto do capital social (a reprodução simples, acumulação e reprodução ampliada).

Livro III: O Processo do conjunto da produção capitalista;

seção 1: A transformação da mais-valia em lucro da taxa de mais-valia e da taxa de mais-valia em taxa de lucro;

seção 2: A transformação do lucro em lucro médio;

seção 3: Lei da baixa tendencial da taxa de lucro;

* Coleção dirigida por Georges Décote. Ciências Humanas.

- seção 4: Transformação do capital-mercadoria e do capital-dinheiro em capital comercial e em capital financeiro (capital mercantil);*
- seção 5: Divisão do lucro em juros e lucros de empresa;*
- seção 6: Conversão do super-lucro em renda fundiária;*
- seção 7: As rendas e suas fontes.*

Notas do Tradutor:

- 1) O autor está citando a partir das edições francesas.
- 2) Esta advertência era, na realidade, a primeira nota do texto. Por comodidade de leitura, ela foi antecipada.

PREFÁCIO

O texto que se segue – consagrado ao *Livro I* do *O Capital* de Karl Marx – não é um resumo; significa entre outras coisas, que ele não visa, de forma alguma, “economizar” a leitura deste *Livro I*. Não é, tampouco, uma interpretação ou um comentário: suas próprias dimensões testemunham isso, porque interpretar ou comentar uma obra tão rica exigiria um espaço muito maior. Não é uma apologia: Marx não precisa que ninguém o defenda e muitos que o quiseram atacar, quebraram os dentes. Não é uma crítica, em nenhum dos dois sentidos do termo: nem uma refutação, nem um questionamento, procurando separar o joio do trigo, os bons estudos dos que pecaram ou dos que fracassaram.

É precisamente um *Perfil*, na dupla significação – geográfica e fotográfica – do termo. Deste *Livro I* escolhi – para falar como os fotógrafos – o “bom perfil”, aquele que nos concerne, que se relaciona com os problemas que se impõem a nós, que se inscrevem na nossa perspectiva política. Vale dizer que essa apresentação não é exaustiva: ela lembra – espero – a atualidade do *O Capital*. Tentei também ser geógrafo: o espaço de leitura que o *Livro I* apresenta não é neutro, nem homogêneo: tem colinas, saliências, escarpas, descendentes, linhas da maior inclinação, ravinas. Este texto tenta fazer aparecer essas articulações empíricas, indicar os picos e os gargalos, ainda que corra o risco de deixar a planície nas brumas da alvorada.

Quanto à maneira de usá-lo propriamente dita, ela é absolutamente simples. Implica uma operação de vai e vem. Quer dizer: importa começar por ler Marx até que surja uma dificuldade maior. E se essa dificuldade sobrevem, deve-se referir, então, ao texto deste *Perfil*, que indica o sentido

François Châtelet

da composição do *Livro I*, o trabalho teórico e político que conduziu a ele, os objetivos visados, os desafios fundamentais que aí se apresentam.

Em resumo, este *Perfil* não é um guia. É uma incitação à leitura de uma obra fundamental científica e historicamente.

1. PREMISSAS

A história do marxismo é muito mais surpreendente que a do pensamento cristão. É bem verdade que foram necessários séculos para que uma concepção do mundo, saída de um pequeno povo corajoso, maltratado, retomada e corrigida por um profeta brilhante, que se dizia filho de Deus, tenha se imposto como crença popular dominante da maior parte dos povos da Europa. E que esta concepção fornecesse, com a ajuda da herança greco-romana, a matriz de uma cultura que iria tornar-se mundial. Mas que dizer da rapidez da difusão e da força de seu produto mais exemplar, mais obstinado, mais heterodoxo – o marxismo?

Algumas datas para fixar as idéias: 1843: um jovem advogado alemão sustenta uma tese de filosofia sobre Demócrito e Epicuro; 1847: ele é encarregado, com um dos seus amigos, de escrever o texto fundador de um novo partido decidido a radicalizar os combates das classes trabalhadoras da Europa, exasperadas pela exploração burguesa; 1848: aparece, sob a assinatura de Karl Marx e de Friederich Engels, o *Manifesto do Partido Comunista*; 1864: após anos de pesquisas teóricas e de trabalho político, nasce a *Associação Internacional dos Trabalhadores* (A.I.T.), que reúne os diversos movimentos revolucionários europeus e se coloca como objetivo a supressão da sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção; 1867: edição do *Livro I do Capital*; 1870: a A.I.T. intervem para sustentar a Comuna de Paris; e, minada, pelo fracasso desta última, atravessada por graves contradições, desaparece em 1876.

Poder-se-ia crer, quando Marx morre, em 1883, que a aventura do “socialismo científico” estava terminada. Ora, quando em 1889, se organiza a *II Associação Internacional dos Trabalhadores*, é do marxismo que ela se reivindica; é em torno de seus princípios – o materialismo histórico –, de

seus temas políticos que se articula seu combate. Sejam mais breves na cronologia, para melhor marcar a aceleração.

1899: importância crescente da *II Internacional* nas forças operárias e sindicais; 1905: fracasso da revolução dos trabalhadores russos; 1914: desmoronamento da *II Internacional* quando do desencadeamento da guerra capitalista; 1917: tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia e criação do primeiro Estado “marxista”. 1917: a *III Internacional operária*...¹ Conhecem-se os resultados: a URSS se torna uma grande potência, logo a segunda potência do mundo. Após a segunda guerra mundial, ela não consegue, apesar da sua estratégia constantemente defensiva, deixar de mobilizar em torno de si as esperanças dos povos oprimidos. 1949: – eis aí o acontecimento mais importante – instaura-se na China um regime popular reivindicando-se de Marx, de Lenin, de Stalin...

Sem dúvida, esta cronologia apagou as zonas de sombra: os equívocos de Marx – para dizer apenas isso – nos seus debates com Bakunin; as ilusões de Engels, depois as de Kautsky, relativas às oportunidades de uma conquista parlamentarista do poder socialista; o autoritarismo de Lenin na sua maneira de conceber o partido revolucionário; a construção do poder soviético que, começando com a repressão contra os conselhos de trabalhadores/marinheiros/soldados do Cronstadt em 1921, conduziu à eliminação de Trotsky e, daí, ao poder de Stalin e, de golpe, ao estalinismo. A história é assassina – mesmo a boa – e é difícil de contar seus golpes – e seus custos.

Permanece isto – do que se deve partir, quando se quer ser filósofo, isto é, realista –: se se consideram as aparências – que não são sempre e necessariamente enganadoras – dois Estados, entre os cinco ou seis mais poderosos do mundo, se reivindicam do marxismo; milhões de indivíduos, pertencentes às classes produtoras dos Estados não marxistas, aí aderindo direta ou indiretamente (dos partidos comunistas oficiais às organizações sindicais e às organizações revolucionárias, ditas esquerdistas); e o mar-

¹ (N. T.) - A *III Internacional* foi fundada em 1919 e não em 1917, como está no original.

xismo exerce uma incontestável fascinação sobre as massas daquilo que se chama muito facilmente o “Terceiro Mundo”: a China Popular inventou, talvez, um novo marxismo. Mas os “guerilleros”² da América Latina não o fizeram à sua maneira?

A questão é simples e, em geral, eludida: como esse processo foi historicamente possível? A esta questão, pode-se responder com anedotas históricas. Pode-se instalar nas crenças – a favor ou contra. Propõe-se aqui uma questão muito mais séria: a que aparência ou realidade corresponde o “sucesso” do marxismo – tomando como campo de prova o seu núcleo: o *Livro Primeiro do Capital*.

A NATUREZA DO MARXISMO

Antes de abordar esta questão, é necessário definir a ótica na qual a colocamos neste texto. Em primeiro lugar, a breve cronologia que precede e a enumeração que se fez das forças políticas ligadas ao marxismo no mundo contemporâneo provam bem que não se pretende de forma alguma defender aqui qualquer ortodoxia.³ Constata-se simplesmente um fato: mais da metade da humanidade vive – de boa ou má vontade, nos Estados que se afirmam – legitimamente ou não – marxistas ou a eles aderem politicamente – corretamente ou não. Em resumo, as idéias de Marx e de Engels constituem o lugar de forças político-culturais, díspares, até mesmo contraditórias, cuja unidade não consiste, talvez, senão na sua oposição global ao sistema da tradição cristã, nas suas aparências atuais democrático-liberais.

² (N. T.) - Em espanhol no texto francês.

³ Digamos de uma vez por todas, quaisquer que sejam as formas em que são empregadas as expressões “ortodoxia marxista” ou “marxismo ortodoxo”, elas não implicarão nenhum julgamento de valor, nem de elogio nem pejorativo e só designarão a concepção dominante – estalinista e pós-estalinista – imposta na União Soviética e nos Estados que se encontram sob sua dependência.

Certamente, não existe hoje um campo mundial marxista, unificado ou diversificado. Mas existe uma referência comum, entre outras, ao socialismo científico, à crítica da economia política e a seus objetivos revolucionários, tal como os define o *Capital* – a questão colocada se precisa: Por que essa comunidade de referência? Por que essa diversidade? Porque esses antagonismos – como antes, no seio da *III Internacional*, entre Kautsky e Lenin, a respeito da natureza do partido revolucionário? Como, depois, no seio da *III Internacional*, entre Stalin e Trotsky, a respeito da função do Exército vermelho mundial? Como hoje⁴ entre a União Soviética e a República popular da China, a respeito da atitude face ao imperialismo?

De imediato se torna necessária uma segunda precisão: como a *doutrina* marxista, força daqui por diante decisiva da política planetária, é compreendida aqui, na determinação deste *Perfil do Capital*. É uma filosofia entre outras – como o platonismo, o tomismo, o cartesianismo – ou é diferente das outras? Mas então, por que critérios? É uma crença, um sistema de idéias e de representações afetivas fortemente marcadas como o cristianismo ou o Islã? É uma ideologia, no sentido banal que se dá agora a esse termo, isto é, a produção intelectual de uma formação social – aqui, o proletariado industrial – exprimindo ao mesmo tempo suas reivindicações empíricas, seus ideais, seus objetivos políticos e morais? É o momento de aparição de uma ciência nova – a ciência das sociedades e de suas transformações (o materialismo histórico), e das posições lógicas que esta ciência implica (o materialismo dialético) – marcando, nas disciplinas sociais, uma ruptura tão decisiva quanto as impostas por Copérnico e Galileu nas disciplinas físicas? E ainda outra coisa que o marxismo “originário” era incapaz de formular e que os marxismos de hoje, tomados por suas funções – conservadoras ou progressistas – não têm vontade de definir?

Não é possível justificar a posição tomada aqui. Contentemo-nos com resumir, na forma de breves teses, a natureza do marxismo.

⁴ (N. T.) o texto foi publicado em 1975.

1. O marxismo é, de fato, uma filosofia nova, uma concepção original da realidade. Não é, desta forma, uma ontologia, como pensava Jdanov,⁵ pensador oficial do estalinismo. Não tem um conteúdo doutrinário;
2. visa suscitar um engajamento radical, determina uma conduta. não é, assim, da ordem da crença. Seus prolongamentos éticos não implicam de forma alguma que suas justificações ou seus fundamentos sejam de ordem moral;
3. ele não é o reflexo ou a expressão, a ideologia positiva da classe operária em um momento dado do seu desenvolvimento (o segundo terço do século XIX); e, no entanto, se inscreve como teoria no campo do proletariado.
4. Ele é *científico*; mas, precisamente, a ciência que ele quer elaborar não se situa na ótica positivista; ele define o enunciado científico – contra o enunciado vulgar, contra o enunciado utópico – como crítica realista de discursos que acreditam como real o jogo das aparências. Nesse sentido, ele inaugura uma concepção nova do trabalho científico.⁶
5. por essas razões, o materialismo de Marx e de Engels ocupa um lugar decisivo no seio da pesquisa materialista que, de Lucrecio a Jean-Jacques Rousseau e, logo, de Nietzsche a Freud, construiu textos lógicos, argumentados, mas não doutrinários, entrando em polêmica com os discursos do poder (ou para o poder), em nome de um realismo crítico, crítico do real; que é científico;⁷
6. como tal, ele atualiza, partindo da experiência do proletariado industrial, conhecimentos, conceitos que têm uma força de inteligibilidade muito mais ampla – o que não relativiza, apesar disso, o seu ponto de

⁵ Andrei Jdanov (1896-1948), membro do Politburo em 1939, teórico do integrismo stalinista e do “realismo socialista”.

⁶ Em particular, Louis Althusser, *Pour Marx*, Maspéro 1965, *Lire le Capital*, Maspéro 1965 *Réponse a John Lewis*, Maspéro, 1973; *Éléments d'autocritique*, Hachette, 1971.

⁷ Cf. Friederich Engels, prefácio de 1893 ao *Livro II do Capital*, Éditions Sociales, *O Capital*, II, I, pp. 20-22.

vista;⁸ a este respeito, estes conhecimentos e esses conceitos – e isto desde o início dos debates da *Liga dos Comunistas*⁹ até as discussões da A.I.T.¹⁰ – permitem ao mesmo tempo revelar o mecanismo do sistema capitalista, e mais intervir politicamente;

7. *O Capital*, que é um começo, é também uma resultante.¹¹ Como o indica Lenin, ele se constrói como crítica do idealismo filosófico dos alemães, da economia política dos ingleses, das idéias socialistas dos franceses.¹² Na verdade, o essencial, neste assunto, é a crítica ao hegelianismo político;
8. O hegelianismo político – que representa uma prodigiosa síntese aglutinando, nos *Princípios da Filosofia do Direito*,¹³ a exigência moderna da racionalidade, a importância do fator econômico e o fato histórico da socialização das sociedades – aparece como legitimação do existente, desde que governantes e governados aceitem uma tecno-burocracia legalista e liberal;
9. os hegelianos de esquerda – dos quais Marx fez parte, dada a virada reacionária feita pelo Estado prussiano desde 1840 – apresentam esse

⁸ Ou então se se quer efetivamente “relativizar” a ciência é necessário tomar uma atitude pelo contrário, muito mais radical que a dos sociólogos e outros analistas das ideologias: colocar o problema em termos de poder e tomar por referência Nietzsche e suas *Considerações Intempestivas*.

⁹ Cf. *Documents constitutifs de la Ligue des Communistes*, 1847, reunidos e apresentados por Bert Andréas, tradução, notas e documentação de Jacques Grandjonc, edição bilingüe, Aubier-Montagne, coleção “Connaissance de Marx”, Paris, 1972.

¹⁰ Cf. *La Première Internationale*, coletânea de documentos publicados sob a direção de Jacques Freymond, textos estabelecidos e anotados por Bert Andréas e Miklos Molnar. 4 volumes, Genebra, 1971.

¹¹ Cf. a carta de Maurice la Châtre à Karl Marx e a resposta deste, datada de Londres, 18 de março de 1872. Éditions Sociales, *O Capital*, I, I, pp 44-45.

¹² Lenin, “As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo”, publicado na revista *Prosvetschenié*, nº 3, março de 1913, in *Œuvres choisies*, 2 volumes, ed. Moscou, 1946, t. 1, pp. t.63-72.

¹³ Tradução francesa de A. Kaan, prefaciada por Jean Hyppolite, Paris, Gallimard, 1940.

programa como um ideal; desde 1843,¹⁴ Marx compreende que isto é pensar muito pequeno. Se o hegelianismo fracassou, não foi porque foi mal compreendido, mas porque ele estava fundamentalmente errado. Ele não soube nem quis compreender que o Estado não é uma instância racional formada, pouco a pouco, pela história das sociedades para determinar o interesse geral, mas que é um *produto* das sociedades e de sua organização econômica; que ele encarna, segundo suas particularidades históricas, sob as aparências da legalidade, o poder que exercem aqueles que detêm os meios de produção – quando se trata do capitalismo, a burguesia.

10. Esta análise precisa permite a Marx introduzir uma transformação decisiva no modo de conceber a filosofia. *As Teses sobre Feuerbach, A Ideologia alemã*¹⁵ põem em evidência o fato que o teórico – por exemplo, as demonstrações políticas hegelianas – não constituem de modo algum um lugar neutro, peremptório e transparente – que permitiria, em nome do saber, julgar à distância; que o teórico está imerso nas práticas; que ele tem por função expressá-las no seu estilo próprio; que toda teoria é teoria de práticas históricas; e que na maior parte dos casos, a independência da qual ele se prevalece, não é senão uma maneira de justificar, como por um “suplemento da alma (ou do discurso)”, o poder estabelecido (ou o outro poder que se anuncia); e que esta “maneira” não é sem importância, que ela também é uma arma, em certas circunstâncias, historicamente determinante.
11. É exatamente isto que a primeira parte do *Manifesto do Partido Comunista*, publicado por Marx e Engels em 1848,¹⁶ estabeleceu. Daqui para frente, com a instauração do sistema capitalista se revela a

¹⁴ Cf. *A Crítica dos princípios da Filosofia do Direito*, tradução francesa por M. Simon, Prefácio de François Châtelet, Aubier-Montagne, coleção “Connaissance de Marx”, Paris, 1971.

¹⁵ Karl Marx, *Œuvres philosophiques*, t. IV e VI, Costes, Paris, 1948.

¹⁶ K. Marx e F. Engels, *Manifesto do partido comunista*, 1848, Crítica do Programa de Gotha, 1875, trad. C. Lyotard. Introdução F. Châtelet, “Livre de poche”, 1973.

verdade da sociedade mercantil: a relação de dominação fundada sobre o lucro. A sociedade da exploração se entrega àquilo para o qual ela existe. Para tornar inteligíveis os mecanismos que a governam, é necessário e suficiente ligar-se a uma pesquisa científica, isto é, realista e crítica; ir além das aparências e dos discursos-reflexos que os legitimam, para fazer aparecer o essencial – a natureza das relações de produção e o estatuto da luta de classes. Não há um imperativo na história: esta transformação essencial do estatuto do teórico teria podido se produzir em outras circunstâncias históricas.¹⁷ Ocorre que foi agora que ela se impôs, que ela se tornou irrecusável;

12. desde logo, se trata de construir uma outra filosofia, combatente e não doutrinária, que seja a teoria das práticas daqueles que, sofrendo o Estado burguês, entram em luta contra ele. Esta filosofia é militante. Da *Liga dos Justos*, que reúne todos aqueles que são apaixonados pelos ideais comunitários, até o projeto da formação de uma organização internacional de todos os comunistas europeus,¹⁸ passando pela constituição por Marx e Engels do *Comitê de correspondência comunista* em Bruxelas em 1846, a exigência do vai-e-vem entre a análise teórico-crítica e o contato direto com as lutas operárias se impõe. Esta atividade conduzirá à formação, em 1864, da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, três anos antes da publicação do *Livro I* do *Capital*.

¹⁷ Uma nota aqui para ser claro e precisar bem que esta interpretação não cai no “necessitarismo” abstrato das filosofias da história. Poderia muito bem ter acontecido, de uma maneira diferente, para a Cidade grega: se, por exemplo, como Tucídides afirmou, tivesse triunfado em Atenas e na confederação ático-deliana, uma política do tipo da preconizada por Péricles. Ora, o fracasso dessa política não era de modo algum necessário.

¹⁸ Para o que se segue, ver *Documents constitutives de La Ligue des Communistes*, 1847, *op. cit.*

O MATERIALISMO HISTÓRICO

Desta nova concepção das relações da atividade intelectual, das produções de textos e das práticas e dos conhecimentos que lhes aportam, por um lado, seu trabalho político e, por outro, suas pesquisas referentes às lutas camponesas e operárias do passado, Marx e Engels vão extrair o que se chama o *materialismo histórico*.

Qual é o seu estatuto? Uma outra filosofia da história, materialista esta, utilizando e invertendo aquela, idealista, de Hegel? O enunciado sistemático dos princípios de uma nova ciência, a ciência do “continente história”? Desde a *Introdução* deste *Perfil*, estas duas interpretações foram evocadas e colocadas no seu lugar. Mas é preciso voltar a elas mais precisamente, porque a compreensão do materialismo histórico exige a da crítica da economia política, subtítulo mais do que indicativo de *O Capital*.

* Uma filosofia da história?

Na verdade, tanto uma quanto outra leitura são possíveis. Considerando, por exemplo, o *Prefácio à Crítica da Economia Política*, publicada em 1859,¹⁹ e numerosas páginas do *Capital*, do *Antidühring* e da *Dialética da Natureza*, o materialismo histórico é uma filosofia da história. Tal hipótese tem evidentemente o mérito de ser clara e tranquilizadora. Por um lado, existem concepções do futuro da humanidade, produzidas por agentes intelectuais das classes no poder, conscientes ou inconscientes, os quais tomam por princípio de inteligibilidade as causas espirituais: a providência divina (Agostinho, Bossuet), o progresso das Luzes, entendido diferentemente (Vico, Voltaire, Condorcet), o espírito dos povos (Herder), a realização do Espírito Absoluto (Hegel); por outro lado, existe a concepção

¹⁹ Citamos, de acordo com a tradução de M. Rubel, *Karl Marx Œuvres*, Économie, INRF, “La Pléiade”, Paris, 1963, pp 271-275.

materialista que compreende o passado, o presente e o futuro das sociedades em função de sua realidade empírica, e que exprime o ponto de vista da classe operária.

O *Prefácio* de 1859 apresenta um resumo notável desta nova teoria. Seria necessário citá-lo por inteiro. Contentemo-nos aqui em resumir-lhe os temas:

1. *“Na produção social de sua existência, os homens mantêm relações determinadas, necessárias, independente de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações forma a estrutura econômica da sociedade”*.²⁰

Comentário: a base real do devir dos homens é constituída pela estrutura econômica na qual eles vivem e produzem: o *modo de produção*. Um modo de produção é definido pelas forças produtivas que ele implica (ao mesmo tempo os instrumentos de trabalho que utiliza e o tipo de atividade produtiva que reclama) e, deste modo, pelas relações de produção, isto é, pelas relações empíricas que se estabelecem entre aqueles que estão presentes na produção (presentes de diversos modos, até aqui no enfrentamento dominantes-dominados: cidadãos livres-escravos, senhores-servos, mestres-campanheiros, burgueses-proletários).

2. *“O modo de produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, pelo contrário, é a sua existência social que determina a sua consciência”*.²¹

Comentário: as idéias, sejam elas coletivas ou individuais, prove-nham do direito, da jurisprudência, da moral ou da dita criação lite-

²⁰ *Ibid.*, p. 272.

²¹ *Ibid.*, p. 273.

rária, artística, são, como os bens em geral, *produtos* sociais; seus estatutos particulares e diferentes, sua “lógica” própria, não significam de modo algum que se possa separá-los de seu contexto histórico e compreendê-los como independentes dos combates ideológicos que, em si mesmos, remetem às lutas de classes ou de camadas sociais. Como o sabia Montesquieu, existem leis que governam as sociedades das quais os agentes sociais são inconscientes: “Não se julga um indivíduo pela idéia que ele tem de si mesmo. Não se julga uma época de revolução de acordo com a idéia que ela tem de si mesma”.²²

3. *“A um certo grau do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em colisão com as relações de produção existentes, ou com as relações de propriedade no seio das quais elas tinham amadurecido até então, e que não são senão a sua expressão jurídica. De forma de desenvolvimento das forças produtivas, essas condições se transformam em pesados entraves. Começa então uma era de revolução social”.*²³

Comentário: aparecem aqui os elementos que constituem o materialismo histórico como filosofia da história. Até aqui a análise permanece descritiva; aqui ela se torna causal. Sustenta-se que existe um devir próprio das forças produtivas, consideradas, desde então, como motor da história. Mas se na filosofia progressista de Condorcet, por exemplo, isto se realiza sem choques, Marx e Engels põem em evidência uma oposição, algo como uma estagnação, como obstáculo ao progresso normal das sociedades. Tal seria, no fundo, a causa da luta de classes: por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas que colocariam diante da cena histórica as novas classes encarnando o progresso (por exemplo, na Europa, a burguesia dos séculos XVI e XVII ou o proletariado no século XIX) e, por outro lado, a resistência oposta pe-

²² *1 ibidem.*

²³ *1 ibidem.*

las relações de produção antigas, representadas pelas classes no poder, a feudalidade, na época clássica, a burguesia, na época moderna.

4. *“Uma sociedade jamais desaparece, antes de desenvolver todas as forças produtivas que tenha sido capaz de conter; jamais relações superiores de produção se colocam, antes de que as condições materiais de sua existência tenham explodido no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se coloca tarefas que não possa realizar...”*²⁴

Comentário: esta causalidade se coloca no quadro de um determinismo estrito, tão estrito que se assemelha, por sua forma, às doutrinas da providência, religiosas ou laicas (de Agostinho a Hegel). No desenvolvimento das forças produtivas está escrito, por assim dizer, por antecipação, o destino dos homens. Exatamente como na teologia agostiniana, o resultado sendo pré-fixado, o único problema que permanece nas mãos dos agentes históricos individuais é o das metas: a boa ação é a que aproxima da meta, a má é a que afasta. Ao agir bem, ao se conduzir no sentido revolucionário aproximamo-nos do fim: a sociedade harmoniosa que permite o livre desenvolvimento das forças produtivas, até a sociedade comunista plenamente realizada.

5. *“Reduzidas às suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno aparecem como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo social de produção... As forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais de resolver esse antagonismo. Com esse sistema social, é a pré-história da sociedade humana que se encerra”*.²⁵

²⁴ *1 ibidem.*

²⁵ *1 ibidem*, pp. 273-274.

Comentário: às etapas definidas pela filosofia idealista da história, importa opor uma periodização progressista e materialista. Às sucessões/procições de Hegel, é necessário opor “figuras materialistas” da sociedade: Engels acrescentará a esse percurso da humanidade dois “complementos”: o “comunismo primitivo”, induzido das pesquisas etnográficas de Morgan, anterior ao modo de produção asiático, e o “comunismo realizado”, por vir e definitivo.

*** Uma explicação do funcionamento das sociedades?**

Como firmemente assinalou Louis Althusser²⁶ e como nós o observamos desde a *Introdução*, se é disso que se trata, o materialismo histórico, então, é apenas uma das ideologias – porque não mitologias? – sobre as quais as sociedades repousaram para se inventar ao mesmo tempo um passado e um futuro; em suma, para assegurar o seu presente. Do próprio Marx a Stalin e a Jdanov, a consequência é clara. De imediato, salvo as inverossimilhanças históricas que ele contém – sobre as quais deveremos voltar em seguida –, o materialismo histórico, concebido dessa maneira, instala a idéia – de modo quase religioso – que existe uma necessidade do devir das sociedades, do qual Marx e Engels foram os profetas, Lenin, o São Paulo, os soviets de Moscou e Petrogrado, o Messias, Stalin, Boukharin, Trotski, os chefes temporais – os papas mais ou menos exitosos.²⁷

²⁶ O materialismo histórico não é, de forma alguma, uma aplicação técnica de uma filosofia da história “materialista”. Louis Althusser sugere a idéia de que existiria nos textos de Marx um corte cuja marca se imporia em 1857. Antes, uma “filosofia da história”; após, uma teoria da história científica. O assunto é muito mais complexo. Na verdade, e até 1883, existem duas vertentes. Marx não soube jamais se defender de uma concepção hegeliana, agostiniana do devenir; sonhou sempre com a passagem do “reino da necessidade” ao “reino da liberdade”. E, conjuntamente, não cessou de denunciar todas as formas de providencialismo e de insistir sobre o fato de que toda história é sempre atual, que ela é fundamentalmente política.

²⁷ A este respeito, é necessário reconhecer que os esquemas propostos por Engels no *Antidübring* e na *Dialética da Natureza* não são senão a negação abstrata, das filosofias da história cristã, desenvolvendo categorias de um materialismo metafísico.

Louis Althusser tem fortes razões em contradizer com violência esta concepção teológica do materialismo histórico. O leitor não terá dificuldade em distinguir, no comentário que acaba de ser feito do *Prefácio* de 1859, as análises descritivas e as pretensões explicativas: enquanto se trata de fazer aparecer a estrutura de *toda* sociedade, o texto é exemplar: os trabalhos históricos desde então mostraram que as idéias de modos de produção, de forças produtivas, de relações de produção e de lutas de classes permitem captar com uma melhor precisão, as etapas e as transformações sociais. Isto quer dizer que se pode, de imediato, atribuir uma *causa*, que se pode, diretamente ou por todas as mediações que se queira, definir um determinismo? De modo algum. A seção 3 da *Introdução geral à crítica da economia política*, texto datado de 1857 e intitulado: *Método da economia política*,²⁸ mostra, então, que está colocada a questão da análise de uma sociedade dada, que essas noções – modos de produção, forças produtivas, relações de produção, lutas de classes – são precisamente noções, conceitos, e não realidades que podem intervir como causas. É das práticas sociais, nas suas singularidades, que parte a pesquisa materialista. Mas enquanto o empirismo da economia vulgar, por exemplo, se restringe a essa descrição e estabelece nomenclaturas, o materialismo científico constrói conceitos tendo por efeito tornar inteligíveis essas práticas, compreender suas articulações, suas funções, sua organização. Ele reproduz assim “o conceito pela via do pensamento”.²⁹ Não terá mais sob os olhos “um amontoado caótico mas um todo rico em determinações e em relações complexas”.³⁰

Nesta ótica, o objetivo do materialismo histórico não é elaborar um discurso totalizante, desvelando o sentido do devir humano, mas explicar o funcionamento de sociedades dadas em épocas dadas, a partir de sua realidade prática. Dois exemplos permitirão precisar. Sejam os quatro modos de produção assinalados no texto de 1859 – asiático, escravista, feudal, bur-

²⁸ Citamos a partir da tradução de M. Rubel, *idem*, pp. 235-266.

²⁹ *Op. cit.*, p. 255.

³⁰ *Idem*.

guês. Para uma filosofia da história materialista, aí estão as quatro etapas necessárias pelas quais deve passar toda sociedade para realizar seu destino e chegar à última fase, o modo de produção socialista. Pelo contrário, se nos referimos ao método definido em 1857, estas noções permitem a análise de um todo econômico-social no seio do qual podem funcionar práticas, cuja inteligibilidade depende dos diferentes modos de produção. Seja a célebre frase do *Manifesto Comunista*: “A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”.³¹ Se a palavra *sociedade* é entendida em um sentido hegeliano, se ela designa a totalidade humana no seu devir social, então a luta de classes aparece como causa do desenvolvimento histórico, como *motor*. Se ela é tomada em uma significação científica, a luta de classes é o conceito graças ao qual é necessário referir-se principalmente para dar conta da estrutura e das transformações de uma nação, por exemplo.

Desde a *Introdução*, foi indicado que essas duas leituras são legítimas e, também, que a segunda não apenas é a mais rica e a mais interessante, mas que ela corresponde aos aspectos mais autenticamente revolucionários da política marxista. A partir daí, definir-se-á o materialismo histórico como ciência da história? Mesmo aí, sublinhou-se, desde o começo, que essa hipótese desconhece o sentido crítico, polêmico, de toda a produção de Marx e de Engels.

Seus textos históricos propriamente ditos, refiram-se ao presente ou ao passado, não visam jamais localizar a história contada e ensinada à época, não científica (qual, aliás? a de Augustin Thierry, de Guizot, de Michelet, de Niebuhr, de L. von Ranke, de Grote?), uma história, desta vez, séria, objetiva, imparcial, que diria a verdade sobre a guerra dos camponeses ou sobre a revolução de 1848.

Em um certo sentido, é exatamente o contrário. Como Gérard Maitret³² mostrou admiravelmente, em um primeiro momento, o materialismo histórico é, e se quer, partidário. Da mesma forma que a “filosofia”

³¹ *Op. cit.*, p. 5.

³² *Le discours et l'historique, essai sur la représentation historique du temps*, Paris, Mame, 1974.

materialista se coloca imediatamente em uma perspectiva que denuncia os a priori dos discursos do poder, ela também situa suas análises do ponto de vista da classe operária e mais geralmente, dos explorados. Mas, precisamente, esta posição que toma contradiz com toda objetividade – a atitude adotada pela história dos historiadores que – com toda objetividade – admitem, na maioria, as categorias correspondentes ao funcionamento da sociedade burguesa. A uma história de classe, se retruca com uma história de classe.

* Economia política e propriedade privada

Entretanto, sua superioridade se marca pelo fato de que ele não é apenas uma história de classe, mas a *própria história da luta de classes*. O discurso histórico burguês – no seu projeto de objetividade – levou, certamente, algumas vezes em consideração esse gênero de conflitos. Não o tomou como princípio essencial de inteligibilidade. Viu-o – porque é “imparcial” e bem informado; não o fez funcionar. Em outras palavras, se chegou freqüentemente a perceber o caráter decisivo do político, ele próprio não o compreendeu como ato político. A ciência histórica que ele elaborou tem uma lacuna grave: falta-lhe uma teoria dos textos históricos. A posição materialista é esta teoria. O materialismo histórico é o enunciado dos princípios de sua aplicação ao estudo de situações precisas. Trabalho científico, sem dúvida alguma. Desde que se lembre bem que a ciência não é puro olhar, criação de uma “pessoa” individual ou coletiva, produção de um intelecto transcendental, mas ato social de transformação da natureza e da sociedade. O materialismo histórico torna praticável a crítica da economia política, elemento decisivo da política marxista. Etimologicamente, se se crê em Xenofonte e Aristóteles, a economia, é a arte de gerir o patrimônio, os negócios da família. A economia só se torna política com a formação do capitalismo, quando começam a se impor como quadro de existência de indivíduos e de comunidades familiares, profissionais e regionais, estas totalidades que se tornarão com a revolução industrial inglesa e a revolução polí-

tica francesa, os Estados-nações. Sem dúvida, nem durante o período dito medieval, nem no momento da primeira expansão colonial espanhola e portuguesa, faltaram pensadores se interrogando sobre a boa gestão dos cofres do Estado. Mas é no século XVIII que se constitui, independentemente da filosofia e da moral, independentemente mesmo dos teóricos da política – Hobbes, Spinoza, Locke –, uma disciplina específica, tendo por objeto a produção, a distribuição e o consumo das riquezas.

A *Enquete sur les principes de l'économie politique* de James Steuart³³ (1770), o *Tableau économique* de Quesnay (1758), a *Enquête sur la nature et les causes de la richesse des nations*³⁴ de Adam Smith (1776), o *Principe de l'Economie politique et de l'impot* de Ricardo³⁵ (1821) marcam, com suas análises, esta constituição. Eles estudam e apreciam de maneiras diversas as práticas econômicas, mas todos concordam em considerar aquilo que elas definem um campo próprio e do mais alto interesse. Após 1848, Marx e Engels conferem uma maior importância à economia política no seu conjunto, tanto na sua realidade histórica – nos seus mecanismos e nos seus efeitos que se chamariam hoje “sociológicos” – quanto nas suas produções teóricas. A razão disso é evidente. Se bem, é verdade, que a inteligibilidade de uma sociedade depende da compreensão de seu funcionamento material, da produção e da reprodução dos seus meios de existência, então o estudo daquilo que é designado como “economia política” é importante.

Ora, nesse assunto, seu método de análise é duplo. Por um lado, eles se dedicam a uma pesquisa que tem por objeto os “fatos”. Como muitos escritores da época, indignados pela situação atroz da classe operária e do campesinato, se entregam às investigações. Utilizando seu engajamento nas lutas proletárias, dispõem de informações que lhes permitem não apenas descrever a miséria e fazer seu balanço em cifras; mas, sobretudo, descobrir a natureza do novo mecanismo de exploração da qual é a causa. Nes-

³³ (N.T.) *An Inquiry into the Principles of Political Economy. Being an Essay on the Science of Domestic Policy in Free Nations.*

³⁴ (N.T.) *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations.*

³⁵ (N.T.) *On the Principles of Political Economy and Taxation.*

te nível, Marx e Engels procedem – como se diz nos tratados clássicos de metodologia científica – por indução. A conferência feita por Marx no Clube dos operários alemães de Bruxelas, em 1847, sobre a questão do salário – publicada em 1849 com o título de *Trabalho Assalariado e Capital*³⁶ – é testemunho desta maneira de compreender.

FUNÇÃO DO TEÓRICO

Entretanto, esta denúncia de fato permanece ao nível da propaganda. Ela vai somente dos casos individuais à constatação de uma generalidade. Descreve, localiza: não explica. Criticar o funcionamento da economia política (burguesa), não é fazer aparecer a injustiça, a imoralidade, a irracionalidade, que engendram, como se sabe, as guerras internacionais e civis. Se se quer participar efetivamente nos combates da classe operária (ser seu “teórico”), é necessário ir mais longe. O que é necessário atualizar é o princípio de funcionamento do capitalismo, o segredo do seu êxito, do seu desenvolvimento e da sua força atual (acrescentemos, para o nosso tempo, ainda atual).

Aí intervem a análise dos *textos* de economia política. Como tais, eles se colocam na perspectiva de uma justificação geral saída de conselhos particulares. Justificam as práticas do capitalismo privado, mostrando que elas correspondem ao estado normal de uma sociedade civilizada, que abrem um horizonte cada vez mais fecundo e que em, todo caso, mesmo quando dificuldades lhes estiverem ligadas, elas são necessárias e que se pode remediá-las de algum modo. Como “economia política”, se aplicam a descrever como *isto* deve funcionar (e não pode deixar de funcionar). olham honestamente um sistema que tem sob seus olhos, traçando seu quadro fiel.

Esta atitude é minuciosamente descrita por Louis Althusser,³⁷ que mostra bem como o empirismo do ponto de vista determina o empirismo do

³⁶ Cf. M Rubel, *op. cit.*, pp. 201-229.

³⁷ *Lire le Capital*, I, Éditions Maspéro, Paris, 1973 (1ª ed., 1965, mesmo editor).

método. Contrariamente à economia vulgar, que se prende aos exemplos e raciocina em termos de mérito e de moralidade, esta economia política clássica se esforça em revelar processos objetivos. Um exemplo – sobre o qual teremos a oportunidade de voltar: o da medida de *valor* de uma mercadoria. Para o economista vulgar – que reflete, notemo-lo, as idéias do capitalista banal –, o que uma mercadoria vale é função do mercado, da oferta e da procura, da raridade ou da abundância. Desde logo cada qual tem que se arranjar com esta situação: o proprietário da mercadoria, o trabalhador que a produz, o comprador que pensa em revendê-la ou que a consome.

* O trabalho como mercadoria

O economista clássico não tem problemas em constatar que as coisas não se passam assim. Que o capitalista privado calcule em termos de preço, este é, seguramente, seu negócio, nem precisamos dizê-lo! Mas o economista deve raciocinar totalmente de outro modo. Sem dúvida, o preço depende do mercado. Mas em torno de que eixo o preço é estabelecido? Este eixo é o valor da mercadoria e não existe outro meio de medi-lo senão *o trabalho* que ela custou. A medida do valor de um bem é o trabalho nela investido.

O mérito da economia clássica é ter compreendido que somente deste modo se pode captar a especificidade do sistema capitalista (e sua potência de progresso) no seio das diversas economias mercantis. Adam Smith e David Ricardo captaram com precisão a natureza da nova sociedade, que põe em primeiro plano o agente industrial, o trabalhador, o produtor. Passaram – como o sublinham Marx e Engels – da aparência, isto é, do mercado tal como ele aparece, à essência, isto é, aos mecanismos reais que o governam. Além disso, eles se colocaram a questão da medida da medida. O que é que mede, com efeito, o que permite medir o valor de uma mercadoria? o que é que mede o trabalho? o raciocínio há pouco aplicado à mercadoria pode evidentemente ser repetido. A economia clássica vê claro que o “preço do trabalho”, que parece variar em função da lei da oferta e da procura, se articula em torno de um valor. E esse valor corresponde “ao

valor das subsistências necessárias para a manutenção e reprodução do trabalhador”.³⁸ O trabalho, medida de valor da mercadoria, é ele próprio uma mercadoria, algo que se compra.

A “fisiologia” do sistema capitalista parece assim corretamente analisada: dada a situação histórica, que permite o desenvolvimento melhor e mais livre das capacidades da humanidade, pessoas que dispõem dos instrumentos de trabalho compram aos trabalhadores seu trabalho ao seu “preço natural”, ao seu “preço justo”. Disso resulta, apesar das dificuldades que possam surgir (e até os dramas, como o sublinha Ricardo), uma perspectiva de progresso indefinido, onde cada um, finalmente, encontra sua retribuição: o capitalista vê crescer seus lucros e o produtor seu nível de vida. À ordem fundada, seja sobre uma sacralidade obscurantista, seja sobre a força guerreira, se substitui um modo de harmonia conflitiva, tendo por princípio os dons industriais dos homens, isto é, a civilização...

Tudo isto está muito bem visto. Hegel não se engana quando aceita este estado de fato como essencial à sociedade civil. O que não é visto – para retomar as metáforas de Louis Althusser – tanto pela economia clássica quanto pelo hegelianismo político, é que o sistema funciona e não funciona ao mesmo tempo; que ele provoca, sem cessar, crises violentas; que não chega a satisfazer plenamente a classe que lucra com ele diretamente; que reduz a maioria dos trabalhadores a uma nova escravidão; que não aspira a essa segurança à qual os homens aspiram naturalmente; que só se mantém adiando as crises que gerou.

Em outras palavras, o que a economia política critica é a atividade reivindicativa ou revolucionária da classe operária. Sem dúvida, poder-se-ia contentar com este fato e, se se quer intervir politicamente, aplicar-se simplesmente em radicalizar esta atividade – é assim que procede Auguste Blanqui, por exemplo. O marxismo não desconhece a importância desse tipo de intervenção. Mas afim de torná-la eficaz e esclarecer as massas em movimento sobre o sentido de seu protesto, ele quer aprofundar ainda a

³⁸ *Le Capital*, Livro 1, cap. XIX Éd. Sociales, Paris, 1973, t. II, p. 209.

análise e captar mais precisamente esta “racionalidade” capitalista que desemboca sobre tantas irracionalidades sociais; em resumo, compreender ao mesmo tempo o sucesso e a monstruosidade do sistema.

* **“Preço justo” e lucro**

O caminho deste aprofundamento passa por uma crítica teórica da mais desenvolvida teoria do capitalismo – a saber, a economia política – (como a crítica dos Estados modernos passa pela crítica do hegelianismo). A prática dos movimentos operários, mesmo se limitada a objetivos como a educação, a higiene, a redução da duração da jornada de trabalho, etc., indica o sentido que deve ter essa crítica. O que ela denuncia, politicamente, trata-se de fundamentar.

Ora, o que ela denuncia é precisamente o fato de que o trabalho não é pago pelo seu “preço justo”. Dir-se-ia banalmente: “o operário não é suficientemente pago pela extensão e intensidade do trabalho que deve fornecer.” É nesta banalidade que também se baseiam as *trade-unions*, ao aceitar implicitamente que o preço do trabalho é regulado pela lei da oferta e da procura. A economia clássica recusa esta idéia. E *ela tem razão*. De imediato, a questão teórica que faz efetivamente a crítica da economia política é esta: qual o mecanismo que permite ao sistema capitalista organizar a produção de tal modo que parece pagar o trabalho pelo seu valor enquanto, com toda a evidência, ele estorpe o lucro?

É a esta questão que *O Capital* vai responder. Voltaremos a isso. O que importava aqui era marcar a natureza da “economia política” marxista. Do mesmo modo que a filosofia materialista não é doutrinária, que o materialismo histórico não é ciência “objetiva” da história, a economia marxista não é uma teoria econômica. Ela é uma teoria do econômico, da atividade econômica das sociedades, e enquanto tal ela é, de ponta a ponta, política. Ainda que existam doutrinas econômicas elaboradas a partir das práticas específicas dos Estados ditos socialistas, isso não impede de modo algum

que *O Capital, crítica da economia política*, exerça continuamente, como tipo de análise, sua função revolucionária.

Para resumir ainda mais esse percurso que conduziu Marx a escrever *O Capital*, convém talvez simplesmente notar:

1. que a descoberta de Marx (e de Engels – convém precisar de uma vez por todas que seus trabalhos são indissociáveis, ainda que segundo as circunstâncias eles tenham dividido as tarefas) não é a de uma nova doutrina filosófica – ulteriormente chamada “materialismo dialético” – nem a do “continente história”, mas a da *onipresença do político*, em todos os níveis das realidades individuais e sociais;
2. que sua *presença* significa aqui *autoridade determinante*; que nada das realidades individuais e sociais escapa, no fim das contas – mesmo no meio e no começo delas –, ao peso das relações de produção e de reprodução da vida social;
3. que essa descoberta, que tornou possível o movimento operário, impõe de saída uma crítica da política, como atividade e como setor autônomos; crítica do Estado dito moderno, através da sua notável justificação, o hegelianismo;
4. que ela exige um questionamento da obra histórica, que se realiza realmente – nas práticas – ou que justifique – pelos textos, nutridos de razões filosóficas ou de provas eruditas – o destino novo do Estado-nação.
5. que ela recusa a própria idéia de um setor protegido, a economia política, que deveria descrever mecanismos “objetivos”, estando bem entendido que esses mecanismos são atuantes, mas não independentes dos que são seus agentes (e pacientes);
6. que esse trabalho de denúncia e luta é inseparável das informações que só a atividade militante pode fornecer, da *Liga Comunista* (1847) à *Associação Internacional dos Trabalhadores* (1864), bem como de todas as justificações, jornalísticas, econômicas, filosóficas que os poderes estabelecidos propagam.

Sobre esses fundamentos, se estabelece *O Capital*.

2. “O CAPITAL” (LIVRO I): PERFIL

Entre o momento em que Marx concebe o projeto de elaborar um texto argumentado, científico, que fosse uma crítica da economia política e a realização parcial desse projeto – a publicação do Livro I de *O Capital* –, passaram-se 20 anos. No curso dos dez primeiros anos, apesar das lutas políticas, das pesquisas históricas, do trabalho de organização, Marx acumula leituras e informações. Em 1857, o plano da obra, que seu autor pensa não dever ser muito extenso, é pouco a pouco construído. Seu objeto está, daí em diante, bem delimitado: trata-se de descobrir o segredo do sistema capitalista. São previstas quatro partes: a primeira tratará do desenvolvimento da produção capitalista; a segunda sobre o processo de circulação do capital; a terceira sobre o processo de conjunto do capital; a quarta fará a análise crítica das teorias econômicas que fracassaram ao penetrar esse segredo.

Os textos escritos nos anos que se seguem, a *Crítica da Economia Política* e o conjunto reunido sob o título *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*³⁹ testemunham o esforço prodigioso realizado para não deixar escapar nada do funcionamento do sistema e para denunciar as justificações que os economistas lhe fornecem. Depois de muitos remanejamentos, Marx se decide a publicar o Livro I em 1867. O interesse político de uma tradução francesa rapidamente se impõe. Após muitas dificuldades que levam Marx a corrigir a versão de J. Roy, ao ponto de reescrever intei-

³⁹ *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (Rohent-wurf, cadernos publicados pela primeira vez em Moscou, em 1939. Deles apareceram duas traduções francesas: a das Éditions Anthropos, 3 vols, Paris 1967-1968, sob o título *Fondements de la critique de l'économie politique*, e a de J. Malaquais e M. Rubel, INRF, “La Pléiade”, Paris, 1968, sob o título *Principes d'une critique de l'économie politique*.

ramente algumas páginas, esta tradução aparece em fascículos de agosto de 1872 a maio de 1875.

Marx não chegará a terminar a versão definitiva dos três outros volumes previstos. À sua morte, em 1883, deixará uma massa considerável de manuscritos. Baseando-se sobre múltiplos esboços Engels publicará os 2º e 3º livros do *Capital*, respectivamente, em 1885 e 1894. As *Teorias da mais-valia* serão publicadas apenas posteriormente.⁴⁰

COMPOSIÇÃO

Se Marx concordou, às instâncias do seu editor, dos seus amigos, de Engels, em publicar apenas o *Livro I*, é porque o considerava como um todo, o que significa ao mesmo tempo que, na ótica do autor, ele constitui, enquanto tal, um texto científico que se basta a si mesmo e um instrumento eficaz de combate.

Formalmente, o texto francês, precedido de um prefácio e dos extratos de um postfácio escrito para a 2ª edição alemã de 1873, comporta oito seções. A fim de ajudar o leitor nas análises que se seguem, que, lembremos, não tem de modo algum a pretensão de substituir as de Marx, mas apenas de esclarecer os pontos importantes, contentemo-nos, antes de mais nada, em apresentar brevemente este conjunto.

O *Prefácio* chama a atenção do leitor para duas dificuldades que poderão detê-lo. A primeira se refere ao caráter abstrato da pesquisa; a segunda, ao fato de que está em questão não apenas a economia, mas também a história e, singularmente, a história inglesa contemporânea. Marx se explica – voltaremos a isso – sobre o fato de que não poderia ser de outro modo.

⁴⁰ Primeira tradução francesa sob o título *Histoire des doctrines économiques*, 8 volumes, Costes, 1948.

O *Postfácio*, após ter insistido ainda uma vez sobre o “atraso alemão” responde a um certo número de críticas dirigidas ao método utilizado que “foi pouco compreendido”,⁴¹ precisa de imediato a natureza deste método e, com isso, o que é necessário entender aqui por dialética.

A *Seção I, a mercadoria e a moeda*, analisa a mercadoria e a forma mercadoria do lucro do trabalho ou a forma valor da mercadoria, que são as categorias elementares que permitem compreender o modo de produção capitalista.

A *Seção II, a transformação do dinheiro em capital*, põe em evidência a essência da exploração burguesa e define o conceito de mais-valia.

As *Seções III e IV a produção da mais-valia absoluta e a produção da mais-valia relativa*, estudam os mecanismos dessa exploração, se interrogando sobre a jornada de trabalho, sobre a produtividade...

A *Seção V, pesquisas ulteriores sobre a produção da mais-valia*, apresenta, entre outras, as diversas maneiras de calcular as taxas de mais-valia, isto é, os graus de exploração.

A *Seção VI, o salário*, mostra como o preço da força de trabalho se transforma em salário e quais são suas modalidades.

A *Seção VII, acumulação de capital*, analisa a necessidade para o sistema de ampliar constantemente a sua base e explicita a lei geral da acumulação capitalista.

A *Seção VIII, a acumulação primitiva*, examina historicamente a gênese do capitalismo industrial e desvela, de um modo distinto do da Seção II, o mesmo segredo.

Louis Althusser coloca a questão pertinente de saber se convém a um leitor de hoje ler este *Livro I* na ordem proposta por Marx.⁴² A questão merece efetivamente ser levantada – feitas todas as reservas referentes à classificação ingenuamente sociológica dos leitores eventuais do *Capital* e os

⁴¹ *Le Capital*, I, 1, *Postfácio*, p. 26.

⁴² Cf. *Avertissement aux lecteurs du Livre I du “Capital”*, Marx, *Le Capital*, 1. I., éd. Garnier-Flamarion, Paris, 1969, pp. 7-26.

sentimentos espontâneos emprestados por Louis Althusser a estes e àqueles. Ele propõe que se passe por cima a *Seção I*, abstrata e muito meticulosa – reconhecida pelo próprio Marx, no *Prefácio* como muito difícil – e que se vá imediatamente à *Seção II* que aborda de modo direto a exploração capitalista e seus mecanismos. À primeira vista, a proposição é boa na medida em que visa politizar esta forma definitiva da crítica da economia política; onde ela denuncia o *non-sense* de múltiplas polêmicas acadêmicas que, aplicando-se às definições do valor de uso e de troca, obliteraram a significação crítica – teórica e prática – desse *Livro I*.

Deve-se perguntar todavia se com essa colocação entre parênteses (provisória) das páginas que Marx quis iniciais e que tratam de noções, as quais ele diz no *Prefácio* serem as únicas que permitem compreender o que é o econômico, não se corre o risco de tornar incompreensível o que se segue. Assim é sempre melhor seguir a ordem proposta pelo autor, sendo então tarefa do “comentador” dar indicações de releitura, de reorganização eventual das idéias.

Nesta ótica, proporíamos, a seguinte hipótese mais do que a de Louis Althusser. Sabe-se, em *O Capital*, desde a primeira página do *Prefácio*, que se trata de penetrar um segredo, de dissipar um enigma: o do modo de produção capitalista. Ora, este segredo não é interessante, só importa porque este modo de produção existe, porque é ativo, histórico. Precisamente, a *Seção VIII* estuda os atos históricos que conduziram o capitalismo à existência. Para falar como os filósofos, ele examina as condições de realidade *deste* modo de produção. Mas para que o assunto seja plenamente inteligível, é necessário ainda captar o que é um modo de produção; o que quer dizer não apenas produzir e consumir, mas também trocar o que se produz; e o que esse processo implica desde logo a saber, a moeda. Tal é a função da *Seção I*. Releiamos o *Prefácio*:⁴³ “A forma do valor realizada na forma moeda é algo muito simples. Entretanto, o espírito humano de forma vã procurou desde mais de dois mil anos penetrar-lhe o segredo...”

⁴³ *Prefácio, op. cit.*, pp. 17-18.

Assim, o conhecimento da *Seção I* é indispensável. Embora pareça perder-se em minúcias, ela faz entender a natureza e o funcionamento do econômico, isto é, da sociedade. A *Seção VIII* explica as modalidades de aparição de um funcionamento econômico particular, o nosso: o capitalismo, que tem o mérito de revelar o econômico a si mesmo, ao ponto de engendrar sua própria justificação discursiva: a economia política.

A *Seção I* é uma teoria da civilização (como elaboraram Rousseau e Freud); a *Seção VIII* é uma teoria da história. As *Seções II a VII* lançam os fundamentos da ação política refletida.

PRINCÍPIOS

O *Prefácio* e o *Postfácio* têm um duplo aspecto: metodológico e histórico. Para entender corretamente esses dois importantes textos, é preciso completar o que foi dito na primeira parte deste *Perfil* e lembrar alguns conceitos decisivos.

* Aspecto histórico

No que concerne ao aspecto histórico, Marx faz atuar a noção de *atraso* que, com a de desenvolvimento desigual, vai ter um grande papel na análise marxista das conjunturas econômico-sociais. Desde 1845, Marx declarava que o gênio filosófico atribuído aos alemães decorria simplesmente do fato de que, enquanto os ingleses se dedicavam inteiramente a fazer a revolução econômica e os franceses, a revolução política, aqueles se contentavam com fazer a revolução “na sua cabeça”.⁴⁴ O *Prefácio* retoma o mesmo tema atualizando-o: “Entre nós, aí onde a produção capitalista se estabele-

⁴⁴ Cf. *Critique de la Philosophie du Droit de Hegel*, *op. cit.*, pp. 63-75.

ceu, por exemplo, nas fábricas propriamente ditas, o estado de coisas é muito pior que na Inglaterra, porque faz falta o contrapeso das leis inglesas. Em todas as outras esferas, somos, como todo o oeste da Europa continental, afligidos pelo desenvolvimento da produção capitalista e também pela falta desse desenvolvimento. Além dos males da época atual, temos de suportar uma série de males hereditários proveniente da vegetação contínua de modos de produções superados, com a conseqüência das relações políticas e sociais adversas que eles engendram. Temos de sofrer não apenas da parte dos vivos, mas ainda da parte dos mortos. *O morto domina o vivo.*⁴⁵

Foi precisamente esta situação que impediu o desenvolvimento de uma economia política “clássica” na Alemanha. Na Inglaterra e após na França, explica o *Postfácio*, a economia política pôde passar por científica. Justificando o “sucesso” do sistema burguês e tomando por base o seu desenvolvimento, Marx pôde ver “na ordem capitalista não uma fase transitória do progresso histórico, mas antes a forma absoluta e definitiva da produção social”. Ele, aliás, não chega a isto “senão pela condição de que a luta de classes permaneça latente ou se manifeste apenas por fenômenos isolados”.⁴⁶ Desde que esta se torna mais viva e generalizada, então a “ciência” econômica não pode deixar de tomar “o antagonismo dos interesses de classe, da oposição entre salário e lucro, entre lucro e renda como ponto de partida de suas pesquisas”. Tal é o caso de Ricardo. Mas é “atingir um limite que a ciência burguesa não ultrapassará”.⁴⁷ Enquanto na França e na Inglaterra, “a burguesia se apodera do poder político (...) na teoria como na prática, a luta de classes reveste formas mais e mais acirradas, mais e mais ameaçadoras. Ela anuncia o fim da economia burguesa científica. Daqui por diante, não se trata de saber se tal ou qual teorema é verdadeiro, mas se soa bem ou mal, agradável ou não à polícia, útil ou nocivo ao capital”.⁴⁸

⁴⁵ *Prefácio, op. cit.*, pp. 18-19.

⁴⁶ *Postfácio, op. cit.*, pp. 24.

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ *Idem*, p. 25.

Nada parecido na Alemanha. Enquanto a produção capitalista aí atinge a maturidade, a luta de classes devasta a Inglaterra e a França; o proletariado alemão está “impregnado de socialismo”. Desde logo não é possível aos economistas alemães repetir as lições dos economistas clássicos... Assim a “sociedade alemã excluía (...) todo progresso original da economia burguesa mas não sua crítica”.

É bem verdade que, enquanto a economia “clássica” ou “científica” se esgota em polêmicas ou em lições acadêmicas, a crítica radical vem da Alemanha. Sua radicalidade vem do fato não apenas de que ela delimitou seu objeto – o modo de produção capitalista – mas que ela consegue colocar-se à distância dele. Já, na *Introdução* de 1857 – assinalada na primeira parte –, Marx precisa a diferença metodológica – eis aí o segundo aspecto importante deste *Prefácio* e deste *Postfácio* – existente entre a economia política e a crítica da economia política. A primeira se satisfaz em descrever o objeto do qual fala e que representa para ela uma realidade natural e, logo, imutável; sua função é de indução: ela tem que se limitar às constatações – o mercado, a exigência do lucro, a concorrência – às leis que os governam, sendo estas simplesmente enunciados que permitem ligar, na generalidade, os fatos constatados uns aos outros; assim, o discurso econômico pretende refletir – e reflete efetivamente – o que existe imediatamente. A segunda – o método da crítica – considera que o que é então designado como “ciência” é somente o trabalho de investigação do sábio, necessário, mas não suficiente. A constatação, se é devidamente controlada, deve conduzir à formação de conceitos graças aos quais será possível reconstruir “o real na cabeça”, isto é, elaborar o discurso que produz, não o reflexo do que se mostra, mas a razão, o objeto abstrato tornando inteligível o dado.

* Aspecto metodológico

Desde logo, se a investigação supõe a coleção dos fatos e sua verificação minuciosa, a exposição crítico-científica implica que se parta do abstra-

to, do conceito, para encontrar – reconstruir o real. O *Prefácio* explica que é assim que procede o físico quando expõe a sua teoria, quando denuncia, por seus raciocínios, as representações ilusórias impostas pela tradição e pelas práticas parcelares, e se esforça por fazer valer representações mais claras, mais amplas e mais eficazes. Aqui é preciso decidir-se: a exposição crítico-científica, por difícil que seja, começa pelo abstrato, pelo conceito. Assim procederá *Seção I*.

Um tal método suscitou, entre outras, uma reprovação: o de ser metafísico, de proceder por dedução.⁴⁹ O *Postfácio* aborda precisamente essa questão. É verdade que o *O Capital* não é uma descrição, que ele não resulta de um empirismo banal. Ele definiu conceitos e, aplicando-os a essa totalidade confusa e movediça de práticas que se chama *experiência*, se esforça por produzir-lhe a inteligibilidade. Entretanto, o erro das críticas foi de confundir uso de conceito e atitude metafísica. Para criticar essas críticas, nos contentamos, muitas vezes, com a citação incessante de uma frase irritante do *Postfácio*: “Nele (Hegel, o mais qualificado representante da metafísica), ela (a dialética) caminha sobre a cabeça; basta colocá-la sobre seus pés para encontrar-lhe a fisionomia bastante razoável.”⁵⁰ O privilégio de Marx teria sido assim substituir um uso idealista do conceito, tomado como reflexo do movimento do pensamento, por um uso materialista, tomado como reflexo do movimento real.

Como mostrou claramente Louis Althusser (em *Lire le Capital, I*, Maspéro, 1973), entre outros, se se trata de uma inversão, esta não inverte nada, e muito menos a teoria especulativa, que faz do pensamento o *reflexo* de “qualquer coisa” (“pensamento” ou “real”), a qual por isso mesmo ignora o caráter sempre ativo do conceito ou, se se prefere, a dialética – isto é, de início a afirmação, a posição da tese segundo a qual o devir das sociedades, os estados e as transformações dos grupos humanos não são nem o fato das circunstâncias ocasionais, nem o resultado de uma necessidade externa ou

⁴⁹ *Idem*, p. 26-27.

⁵⁰ *Idem*, p. 29.

interna, mas o produto de determinações que a análise pode tornar inteligíveis.

O que é “invertido” no pensamento materialista de Marx não é essa pretensa inversão. “Para Hegel, o movimento do pensamento não é senão a reflexão do movimento real, transportado e transposto no cérebro do homem”.⁵¹

Em outras palavras, o materialismo perverteu a utilização idealista do conceito. Para o idealismo, finalmente, o conceito já está aí: como essência inscrita no Ser e/ou no Pensamento, como Palavra, como resultado de uma experiência passiva, como idéia inata. Para o materialismo tal como o definiu Marx, ele é produto de uma atividade específica, ligada à divisão do trabalho social, cuja função é *instituir* as práticas reais, de lhes dar cidadania, de “civilizá-las” – seja para assegurá-las, seja para desmentí-las (privando-o da mentira).

A construção conceitual de *O Capital* se esforça em denunciar a mentira do capitalismo, que diz o que não é, que não é o que diz ser. Ela é a destruição teórica de uma teoria – a economia política “clássica” de Adam Smith, a política “clássica” de Hegel, ela é o desvelamento de um processo, o do *Capital*, é esclarecimento de um mecanismo, o da exploração. Desse modo, a crítica da economia política – que toma as práticas na sua materialidade – se transforma em análise política – que definiu os termos de uma prática de transformação material da sociedade.

Prefácio e *Postfácio* são para serem lidos com atenção; com uma atenção irrespeitosa, que leve em conta, em particular, a ambigüidade do materialismo, sublinhada pela oposição destes dois textos de 1857 e 1859 e assinalado na primeira parte deste *Perfil*.

⁵¹ *Postfácio, idem.*

VALOR DE USO, VALOR DE TROCA: TEORIA DA “CIVILIZAÇÃO”

Na própria confissão de Marx, a *Seção 1, a mercadoria e a moeda*, é “difícil”. Ela é difícil porque é *abstrata*. Ora, a dificuldade do que é abstrato desaparece a partir do momento em que se apresenta claramente a questão à qual precisamente respondem esses raciocínios abstratos. A abstração, donde a dificuldade de *A República* de Platão, por exemplo, se desfaz na medida em que lhe é atribuído o desafio moral e político da demonstração. Trata-se aqui da mesma dificuldade

Como se assinalou anteriormente, o objetivo de conjunto de *O Capital* é explicar a existência, a natureza, os mecanismos, os sucessos e os percalços históricos do modo de produção capitalista. No entanto, importa, se se quer dar uma explicação correta, distinguir níveis e, em particular, de não confundir – como o fazem tanto os filósofos da história de tipo hegeliano ou de tipo positivista quanto os economistas liberais – as condições gerais de possibilidade (em cujas condições reais um tal modo de produção pode realizar-se) e os atos históricos que conduziram a essa realização (dos quais trata a *Seção VIII do Livro 1*). A *Seção I* analisa essas condições gerais. E, no mesmo movimento, ao mesmo tempo que ela coloca e resolve do seu modo um problema clássico do pensamento ocidental, ela propõe uma solução que constitui uma superação decisiva.

* Natureza e cultura

Este problema é simplesmente o da gênese e da essência daquilo que chamamos “civilização”, ou se se prefere uma formulação mais banal, o da passagem da natureza à “cultura”; ou, mais precisamente ainda, o da constituição das sociedades propriamente políticas. Platão, que desenvolveu admiráveis diatribes contra a ordem dos mercadores e contra a atividade política reduzida à administração dos interesses empíricos há vinte e quatro séculos, já se perguntava como isto podia ocorrer, como os homens nas-

cidos do céu e da terra tinham podido chegar a querer a civilização. E, desde então, esta interrogação tem surgido quando dos grandes períodos de crise. Do *Leviatã* de Hobbes (1651) a *Totem e Tabu* e *Malestar na civilização* de Freud (1929), passando pelo *Segundo Tratado do Governo Civil* de J. Locke (1690), o *Contrato Social* de J. J. Rousseau, os discursos utopistas, as *Considerações inatuais* de Nietzsche (1872), a *Crise das ciências europeias* de Husserl (1936) até os trabalhos de Claude Lévi-Strauss, é sempre a questão da origem do *drama* da civilização que está colocada.

Certamente o marxismo, com Engels, em *As origens da família, da propriedade privada e do Estado*, inspirando-se na etnologia elementar de Morgan, tentou afastar esta questão aportando um conjunto de causas positivas. Tão interessante quanto sejam as indicações deste texto, permanece que a “difícil” *Seção I* lança os fundamentos sérios da antropologia materialista e dialética, de uma teoria revolucionária da civilização. Digamos, para esquematizar, que ela define, com rigor, como, em um sistema matemático, os termos e os enunciados que circunscrevem o campo da economia mercantil, realização histórica da divisão do trabalho social, do qual o modo de produção capitalista é uma das realizações que, na seqüência, se impôs historicamente.

Para saber como o capitalismo ocorreu, para ser capaz de lutar eficazmente contra suas práticas e sua ideologia, convém desde logo determinar o tipo de sociedade no interior da qual ele organiza seu modo específico de produção. Trata-se da sociedade mercantil, da qual Marx nos diz, no *Prefácio*, que ela tem dois mil anos de existência e da qual sabemos que historicamente corresponde às formas ainda atuais de aparição do Estado – com seus dois polos: a mercadoria e a moeda.

Desse modo, se esboça a gênese *materialista* da civilização. Se se entende bem o que foi estabelecido na primeira parte deste comentário, esta só admite este pressuposto: não há existência humana, não há sociedade sem a produção e a reprodução sociais dos meios de existência. Da natureza desta produção/reprodução depende, por mediações diversas e em função das circunstâncias (ações históricas), todo o resto: isto é, a realidade social tal qual ela se dá e como aparece a si mesma.

Ora, o modo de produção capitalista se desenha em um contexto que já está definido: o da riqueza (que está menos oposta à da pobreza – que já supõe a riqueza, em algum lugar, alhures, estaria no imaginário – quanto ao estatuto da indiferença em relação à riqueza/pobreza característica parece das sociedades ditas “selvagens”). Leiamos atentamente a primeira frase de *O Capital*: “A riqueza das sociedades nas quais reina o modo de produção capitalista se anuncia como uma imensa acumulação de mercadorias”.⁵²

* Essência da mercadoria

Desde logo, se se quer compreender o funcionamento do sistema capitalista, convém de início definir a essência da mercadoria, “forma elementar da riqueza”. É necessário seguir cuidadosamente a dedução de Marx. Nenhum resumo poderia substituí-la. O que se pode fazer para esclarecê-la é marcar-lhe as articulações. Precisemos bem que se trata aí verdadeiramente de uma dedução: o objetivo é deduzir-reproduzir “no cérebro” (diríamos melhor hoje “no e pelo discurso”) – os momentos desta organização que se chama “economia mercantil” (ou ainda sociedade política “propriamente dita”) da qual o sistema capitalista foi a realização bem sucedida, de dar conta assim da realidade dos princípios e mecanismos que governam uma e outra; de assegurar a inteligibilidade da passagem da “natureza” à “cultura” (burguesa/industrial).

Ora, a originalidade de Marx, nesta *Seção I*, é mostrar que essa passagem não é nunca realizada de uma vez por todas; que ela não está jamais dada; que, se a cultura foi vitoriosa, a natureza permanece não menos onipresente, mesmo quando ela não chegue mais a ser ativa por si só.

Seja, por exemplo, a mercadoria: para ser tal, uma coisa deve ser útil aos homens; é necessário que ela possa satisfazer necessidades e desejos; o

⁵² *Le Capital, op. cit.*, I, 1, p. 51

que lhe confere valor é o uso que se faz dela; e este valor é tanto maior quanto esse uso é qualitativamente mais desenvolvido; são então suas qualidades “naturais”, sua *materialidade* – sejam elas dadas pela natureza (como o ar e a água) ou que resultem do trabalho humano – que fazem dela um bem. Entretanto, isto é apenas um aspecto da mercadoria. Uma coisa tida como mercadoria é objeto de troca – assim o exige a divisão do trabalho social – ora, para que essa troca seja possível é necessário que a “coisa” trocada por uma outra “coisa” – esta relação sendo evidentemente recíproca – tenha propriedades, por assim dizer, contraditórias com aquelas que se inscrevem no uso. Que existe de comum materialmente entre um pedaço de queijo e x quilos de ferro, a não ser o fato de que eles entrem, um e outro, na esfera da necessidade? Para que a troca possa ter lugar, é necessário que exista, nas duas “coisas”, uma propriedade que não pertença empiricamente nem a uma nem a outra e que, no entanto, permita estabelecer a relação.

Desde logo, o que funda o uso é a qualidade, a materialidade; o que assegura a realidade social, a “civilização”, é o termo abstrato, *ideal*, que permite corretamente a troca. Da qualidade: *uso*, categoria *fundamental*, se passa à quantidade: *troca*, categoria *essencial*.⁵³ Essa passagem é, na verdade, um retorno; “as mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de matérias mercantis, tais como ferro, tela, lã, etc. Eis aí simplesmente sua forma natural. Entretanto, elas só são mercadorias porque são duas coisas ao mesmo tempo, objetos úteis e portadores de valor. Só podem entrar na circulação quando se apresentam sob uma dupla forma: sua forma natural e sua forma valor.”⁵⁴

Este novo tratamento que Marx impõe às categorias da economia clássica: valor de uso/valor de troca define o *campo da civilização*, da qual a indústria e a ciência serão a realização, o sistema de produção burguês a

⁵³ Sobre a diferença materialista do “fundamental” e do “essencial” cf. François Châtelet, *Logos et Praxis*, Paris, SEDES, 1961, 2ª ed., 1972.

⁵⁴ *Le Capital, op. cit.*, I, 1, p. 62.

mediação necessária ao mesmo tempo que caricatura dela, e o modo de produção socialista a sua plena realização. Tal é a primeira descoberta do marxismo, que dá à crítica da economia política um alcance universal.

* Medida da mercadoria

A segunda articulação desta *Seção I* não é menos importante. Ela tem por objeto precisamente a medida da mercadoria. Dado que esta – como valor de troca – é da ordem da quantidade, deve poder ser medida. Qual será o elemento da medida? O mercantilismo se satisfaz com uma solução simplista: o valor de uma mercadoria seria seu preço e este seria função da lei da oferta e da procura. Esta facilidade contradiz ao mesmo tempo o raciocínio e a experiência. Malgrado suas hesitações, a economia clássica é mais firme: ela sabe que “o valor de uso das mercadorias, uma vez posto de lado, não lhe resta mais que uma qualidade, a de ser produto do trabalho”.⁵⁵ O caráter comum destes trabalhos: são todos reduzidos ao próprio trabalho humano, “a um gasto de força de trabalho humano independente da forma particular com que esta força foi gasta.”⁵⁶

Entretanto, não se teria avançado em nada na análise do modo de produção capitalista se não se precisasse imediatamente o que *constitui* a medida. Como a mercadoria tomada como valor de uso, a força de trabalho tomada empiricamente não é um instrumento de medida, dado que ela depende das circunstâncias, da habilidade do trabalhador. Todavia, ela se inscreve de outro modo na realidade social

1. “Como medir a grandeza de valor [de uma mercadoria]?” Pelo *quantum*, da substância “criadora de valor” contida nele, do trabalho. A quantidade do próprio trabalho tem por medida a sua duração no tempo, e

⁵⁵ *Le Capital, op. cit.*, I, 1, p. 54.

⁵⁶ *Idem.*

o tempo de trabalho possui de novo, sua medida em partes de tempo como a hora, o dia, etc...⁵⁷

Assim à oposição valor de uso/valor de troca se acrescenta uma outra: trabalho empírico ou concreto/trabalho social ou abstrato: “O trabalho que forma a substância do valor da mercadoria é trabalho igual e indistinto, um gasto da mesma força. A força de trabalho de toda a sociedade, a qual se manifesta no conjunto dos valores, não conta por conseguinte senão como força única, se bem que ela se compõe de inumeráveis forças individuais.”⁵⁸ A sociedade mercantil pressupõe a medida do valor, pela força de trabalho; a sociedade burguesa/industrial – realização da sociedade mercantil – define e radicaliza essa situação: aparece “o trabalho necessário médio ou o tempo de trabalho socialmente necessário”.⁵⁹

2. “É portanto somente o *quantum* de trabalho, ou o tempo de trabalho necessário, em uma sociedade dada, à produção de um artigo que lhe determina o valor.”⁶⁰ Os enigmas desfigurantes do valor, dos preços, do mercado, começam a se desfazer: o capitalismo industrial, com outros meios de poder, não é senão uma realização da sociedade mercantil, da qual Platão, há vinte e quatro séculos, denunciava os vícios da forma e do conteúdo. O que permite historicamente o desenvolvimento do capitalismo é o fato de que ele constituiu um sistema de produção, de distribuição, de consumo tal que se pode instituir como medida – como *norma* – o trabalho abstrato. O trabalhador empírico – aquele que produzia na Idade Média - desapareceu; foi substituído pelo trabalhador anônimo.

A medida do valor, cristalizada em uma mercadoria, é o tempo de trabalho *abstrato* – o trabalho social médio, em uma sociedade e em uma época dadas. Entretanto, qual é, no fim das contas, o critério que permitirá apreciar esse valor, de medi-lo? A resposta de Marx é materialista: ela apela, por um lado, à realidade fisiológica, na sua brutalidade; ao mesmo

⁵⁷ *Idem*

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ *Idem.*

⁶⁰ *Op. cit.*, p. 55.

tempo, ela se refere ao fato da civilização, à existência histórica da divisão do trabalho social e ao sistema de troca: “Todo trabalho é, por um lado, gasto, no sentido fisiológico, de força humana, e, a esse título, de trabalho humano igual, ele forma o valor das mercadorias. Por outro, todo trabalho humano é gasto da força humana sob tal ou qual forma produtiva, determinada por uma meta particular, e, a esse título, trabalho concreto e útil produz valores de uso ou utilidades. Do mesmo modo que a mercadoria deve ser utilizada, para ter um valor, o trabalho deve acima de tudo ser útil, para ser considerado gasto de força de trabalho, trabalho humano no sentido abstrato da palavra.”⁶¹ A dualidade, a duplicidade da cultura se afirmam: seu suporte, seu fundamento, é a relação material dos “bens” e da realidade corporal (gasto e reconstituição de força de trabalho); sua essência é o conjunto das operações que se articulam em torno dessa relação que, no sistema capitalista, fundam aquilo sobre o que elas são fundadas.

* A moeda

Entretanto, a esta tripla oposição de termos diferentes e complementares – que Marx, por coqueteria, declara contraditórios – valor de uso/valor de troca, trabalho concreto/trabalho abstrato, gasto fisiológico/criação de valor – falta um signo, que seja ao mesmo tempo pontuação e maneira de *marcar* empiricamente o *quantum*. Este signo é a moeda.

A produção do conceito de *moeda* pressupõe a definição de duas noções, elas próprias, diferentes e complementares. A determinação do valor de uma mercadoria implica – nas condições históricas dadas – que seja admitido um sistema de relações, correspondente ao trabalho cristalizado: “Enquanto valores todas as mercadorias não são senão trabalho humano cristalizado (...) antes como depois, elas não possuem senão uma forma, sua forma natural de objetos úteis. E o é de outra forma desde que uma merca-

⁶¹ *Op. cit.*, p. 61.

doria é colocada em relação com uma outra mercadoria. Desde esse momento seu caráter de valor sobressai e se afirma como sua propriedade inerente a qual determina sua relação com a outra mercadoria.”⁶²

Assim, se bem seja medido pela força de trabalho social média que aí está investida, o valor tem uma forma relativa: se estabelecem assim redes de correspondência quantitativa entre valores iguais. Entretanto, essas redes são indefinidas. Convém *representá-las* de um certo modo para tornar empiricamente possíveis as trocas. Tal vai ser a função da moeda. A moeda é um *abstrato* empiricamente realizado, designando um *equivalente geral*: “Uma mercadoria é imediatamente intercambiável com toda outra da qual ela é o equivalente; o lugar que ela ocupa na relação de valor faz de sua forma natural a forma valor da outra mercadoria.”⁶³ A forma de intercambiabilidade imediata e universal⁶⁴ se realiza em um gênero especial de mercadorias, “se fixa em um objeto único e adquire uma autenticidade social”,⁶⁵ seja, em nossas sociedades, o ouro e a prata. O equivalente geral toma a forma da moeda.

Desde logo, os elementos constitutivos do que a política e a economia política clássicas desenvolveram teoricamente como constituintes da civilização estão colocados. A relação decisiva e primeira, a que funda todas as outras, valor de uso/valor de troca explica o fato político que as sociedades mercantis só podem pensar seu próprio funcionamento segundo categorias idealistas – de Platão a Rousseau, de Aristóteles a Ricardo – e que, quando essas sociedades se instalam na ordem burguesa, este idealismo, de reflexo que era, se torna meio de governo. Eis aí o que Marx analisa como *fetichismo da mercadoria*. Ao aspecto material da mercadoria, seu valor de uso, se substitui seu valor de troca, sua função mercantil. Assim se constitui uma fantasmagoria, da qual a religião,⁶⁶ a teoria política e a ciência econômica são expressões.

⁶² *Idem*, p. 65.

⁶³ *Idem*, p. 69.

⁶⁴ *Idem*, p. 81, n° 1.

⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶ *Idem*, pp. 90-91.

Isto basta, para este texto de apresentação referente à *Seção I*. Em todo caso, não se trata de deixar de lê-la de início, quaisquer que sejam as suas dificuldades e o seu caráter, às vezes excessivamente meticoloso: ela define o campo no interior do qual vai desenvolver-se rigorosamente o *Livro I do Capital*. Lembremos isto, antes de abordar as outras seções, que evocam sem cessar os dois outros capítulos: *As trocas, a Moeda ou a circulação das mercadorias*, por uma citação: “Não é a moeda que torna as mercadorias comensuráveis: pelo contrário. É porque as mercadorias enquanto valores são trabalho materializado e, conseqüentemente, comensuráveis entre si, que elas podem medir todas juntas seus valores em uma mercadoria especial e transformar esta última em moeda, isto é, de fazer dela sua medida comum. Mas a medida dos valores pela moeda é a forma que deve revestir necessariamente sua medida imanente, a duração do trabalho.”⁶⁷

DO “POSSUIDOR DO DINHEIRO” AO CAPITALISTA

A *Seção II* tem por título: *A transformação do dinheiro em capital*. Ela explica como o “possuidor de dinheiro” se torna capitalista; desvela o enigma do sistema capitalista. Para fazer isto utiliza as premissas desenvolvidas pela *Seção I*. Esta, na sua análise da mercadoria, mostrou que o que o século XVIII e, com ele, Kant e Hegel, chamam civilização aparece quando, com a mediação da moeda, equivalente geral, se introduz a circulação de mercadorias, segundo o esquema M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria). Aquele que produz uma mercadoria e que não tem (ou mais) necessidade dela a entrega em troca de dinheiro, o que lhe permite comprar a mercadoria que lhe é útil. A moeda se manifesta aqui como meio de facilitar as trocas.

⁶⁷ *Idem*, p. 104.

Ora, ocorre que historicamente a economia mercantil se complica e diversifica seu mecanismo; que a civilização – singularmente, na Europa – se desenvolve (e, com ela, a indústria). O dinheiro – simples signo – se transforma em capital: como já o notava Aristóteles (a propósito da usura, é verdade) vinte e três séculos antes de Marx, ele “deu cria”.⁶⁸ Por que causas e por que razões? A luta política engajada pelos explorados exige que esse mistério seja dissipado: por que esse assunto tão simples como a troca de valores de uso se converte em uma fonte de lucros para alguns e exploração para os outros?

Na verdade, desde que apareceu a economia mercantil, a fórmula M-D-M é desmentida na circulação real das mercadorias. De fato, se substitui aí uma outra fórmula, que coloca no lugar essencial o que daqui para a frente vai constituir o fundamento da civilização – o dinheiro –: D-M-D'. o intercambiador compra uma mercadoria – não para consumi-la mas para revendê-la. A troca é uma operação *nula* – pelo menos no que se refere à utilidade. Ela se aniquila na sua própria realização: eu produzo isto de que tens necessidade, que troco por aquilo que tenho necessidade. O uso suprime a circulação. A verdade da troca está em um circuito indefinido que estimula a produção de bens. O dinheiro – meio – se torna termo extremo.

Qual é, no entanto, o interesse, a significação dessa transformação? Por que permanece o fato de que ela é operante, que ela determina a realidade histórica. Porque D-M-D'? Por que de fato nesta fórmula D-M-D', D' é maior que D (porque, no fim das contas, existe mais dinheiro no fim do que no início da operação). Tal é o motivo da usura e dos artifícios comerciais, do tempo da economia mercantil simples: tal é o nervo da economia capitalista. Existe uma diferença entre D – dinheiro gasto para comprar uma mercadoria – e D', dinheiro recebido quando ela é revendida. Senão, por que tantos esforços e tantos subterfúgios? o possuidor de dinheiro só se torna capitalista porque isso lhe *interessa*.

Por quê? Advinha-se. Como? Isto é menos claro. Explicações foram propostas de Condillac à Bentham. Todas pressupõem o que seria necessá-

⁶⁸ *Idem*, p. 167.

rio explicar: a existência do mercado; todas admitem, na economia vulgar, que a troca se estabelece entre valores de uso e que os ganhos resultam da habilidade de tal ou qual intercambiador em apresentar “bens” que suscitem os apetites (ou as necessidades) dos compradores.

Ora, a *Seção I* estabeleceu que a troca não é questão de uso, mas precisamente de troca (donde a necessidade de não relegá-la para o fim da leitura). É bem verdade que não se troca nunca senão valores de uso, senão “coisas úteis”; mas a civilização cria esta fantasmagoria de que o que se troca “realmente”, é a própria troca. A utilidade, a materialidade desaparecem da aparência social; permanece, como “fato”, a circulação econômica, rede do circuito político...

De cara, o que se tem a compreender é como D' pode ser superior a D, na circulação econômica, enquanto que o valor de M, como o demonstrou a *Seção I*, permanece necessariamente, o mesmo, que é o da força de trabalho cristalizado. Ninguém rouba ninguém; em todos estes tratos, não existe nenhum engano empírico. Se há roubo, ele está no sistema; se existe engano, ele é transcendental: nem bons nem maus – um mecanismo que assegura a uma minoria o poder e a força e à maioria a dependência e a pobreza endêmica.

O ENIGMA DO LUCRO

O problema que nós colocamos na 1ª parte concernente à origem do lucro pode definitivamente ser resolvido. Foi demonstrado na *Seção I* que a força de trabalho cristalizada na mercadoria é ela mesma uma mercadoria, que, no modo de produção capitalista, possui um estatuto específico. O admirável capítulo VI, *a Compra e venda da força de trabalho*, analisa-lhe as características.

1ª condição (já assinalada): “É necessário (...) que a troca de valor expressa por D-M-D', conversão da mercadoria e reconversão da mesma mercadoria em mais dinheiro, provenha da mercadoria.”⁶⁹

2ª condição: é necessário que “o possuidor de dinheiro [tenha] a feliz oportunidade de descobrir no meio da circulação, no próprio mercado, uma mercadoria cujo valor usual [possua] a virtude particular de ser fonte de valor intercambiável, de modo que consumi-la seria realizar trabalho e, conseqüentemente, criar valor (. ..) Nosso homem encontra efetivamente sobre o mercado uma mercadoria dotada desta virtude (...) ela se chama potência ou força de trabalho”.⁷⁰

3ª condição: “Nestes dados, a força de trabalho não pode se apresentar no mercado como mercadoria a não ser que ela seja oferecida ou vendida por seu próprio possuidor. Este deve, por conseqüência, poder dispor dela, isto é, ser proprietário livre de sua potência de trabalho, de sua própria pessoa.”⁷¹

4ª condição: “Mas para que o possuidor de dinheiro encontre para comprar a força de trabalho, [é necessário que] o possuidor desta última, em lugar de poder vender mercadorias nas quais seu trabalho se realizou, seja forçado a oferecer e pôr à venda, como uma mercadoria, sua própria força de trabalho, a qual reside no seu organismo.”⁷²

Para pôr à luz o mecanismo pelo qual $D' > D$, “é necessário examinar mais de perto a força de trabalho. Esta mercadoria (...) possui um valor. Como o determinamos? Pelo tempo necessário de trabalho à sua produção”.⁷³ Ora, dado que se trata de uma faculdade do indivíduo vivo, este “produz sua força vital reproduzindo-se ou conservando-se a si mesmo. Para sua manutenção ou sua conservação, ele tem necessidade de uma certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produ-

⁶⁹ *Op. cit.*, p. 170.

⁷⁰ *Idem.*

⁷¹ *Idem.* p. 171.

⁷² *Idem.*

⁷³ *Idem.* p. 173.

ção da força de trabalho se resume então no tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência (...)”⁷⁴

Esta é função, seguramente, do contexto histórico. Além disso, as forças de trabalho – os proletários – “que a usura e a morte vem retirar do mercado, devem ser constantemente substituídas por um número pelo menos igual. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho compreende então os meios de subsistência dos seus substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, para que esta singular raça de intercambiadores se perpetue no mercado”.⁷⁵ Ao que é necessário acrescentar, como gasto, as necessidades de uma certa educação, na medida em que o trabalho se torna mais complexo.

Feitas estas contas, resta o que é decisivo e que resolve o problema colocado, o do enigma do capitalismo e da origem do lucro. Se o “possuidor de dinheiro” se torna capitalista, é que, proprietário dos meios de produção (“dinheiro” e material cf. a *Seção VIII do Livro I*, lhe é necessário comprar a força de trabalho daqueles que não tem outro recurso para sobreviver senão vendê-la cotidianamente a este. Ora, de um certo modo, ele é honesto: ele compra esta energia vital pelo seu valor na medida em que ele paga efetivamente a reconstituição material dela. E, no entanto, ele é o maior ladrão que os desenvolvimentos históricos engendraram: paga a reconstituição da força fisiológica do trabalhador; não paga, no entanto, a força de trabalho incorporada na mercadoria. Sobre as doze horas de trabalho que seu sistema econômico-político impõe ao proletário, por exemplo, ele não paga senão a metade; as outras seis horas não são pagas; elas são, para ele, gratuitas. Daí o fato de que $D' > D$; daí, o benefício dos proprietários dos meios de produção no sistema capitalista.

O trabalho dos trabalhadores comporta duas partes: uma delas corresponde realmente à reconstituição material da energia gasta – segundo a lei do valor –; a outra é o *sobre trabalho*, que não é pago. Desse modo o tra-

⁷⁴ *Idem*, p. 173-174.

⁷⁵ *Idem*, p. 174.

balho produz, ao mesmo tempo, mercadorias e *mais valia*, a própria origem do lucro. Tal é o segredo da fabricação da *mais-valia*, causa do sucesso do capitalismo: do tempo de trabalho extorquido e não pago.

Desde logo, “nosso antigo possuidor de dinheiro avança e, na qualidade de capitalista, vai na frente; o possuidor da força de trabalho segue-lhe atrás, como seu trabalhador; aquele o olha irônico, o ar importante e atarefado; este tímido, hesitante, obstinado, como alguém que levou seu próprio couro ao mercado, e não pode senão esperar uma coisa: ser curtido”.⁷⁶

A PRODUÇÃO DA MAIS-VALIA

As *Seções III e IV* estudam os mecanismos da exploração capitalista. A análise trata precisamente das modalidades de produção da *mais valia*. Deste modo, ela é uma descrição econômica e política da sociedade burguesa tal qual esta se desenvolveu desde o século XVI. Não é possível seguir aqui os detalhes desta demonstração. É necessário contentar-se em marcar-lhe os pontos importantes.

* O sobre-trabalho

Sublinhar-se-á, em primeiro lugar, que a produção da *mais-valia* não é plenamente inteligível senão pela referência às categorias fundamentais: valor de uso/valor de troca. Seja um exemplo: “O valor diário da força de trabalho custa 3 shilings porque lhe é necessário uma meia jornada de trabalho. Mas o trabalho passado que a força de trabalho encerra e o trabalho presente que ela pode executar, seus gastos de manutenção diários e o gasto que tem lugar, essas são duas coisas absolutamente diferentes. Os gastos

⁷⁶ *Idem*, p. 179.

de manutenção determinam o valor de troca; o gasto de força lhe constitui o valor de uso. Se uma meia jornada de trabalho basta para fazer viver o operário durante vinte e quatro horas, daí não decorre que ele não possa trabalhar uma jornada inteira. O valor que a força de trabalho possui e o valor que ela pode criar diferem então de grandeza. É esta diferença de valor que o capitalista tinha em vista, quando ele comprou a força de trabalho (...). O possuidor de dinheiro pagou a força diária da força de trabalho; seu uso durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira, lhe pertence então. Que a manutenção diária não custe senão uma meia jornada de trabalho, se bem possa operar ou trabalhar a jornada inteira, isto é, que o valor criado pelo seu uso durante um dia seja o dobro do seu próprio valor diário, eis aí uma oportunidade particularmente feliz para o comprador mas que não lesa em nada o direito do vendedor.”

Assim, “o capitalista, transformando o dinheiro em mercadorias que servem de elementos materiais de um novo produto, incorporando-lhes em seguida a força de trabalho viva, transforma o valor – do trabalho passado, morto, tornado coisa – em capital, em valor grávido de valor, monstro animado que se põe a trabalhar como se tivesse o diabo no corpo”.⁷⁷

* Capital constante e capital variável

Insistir-se-á, em segundo lugar, sobre uma distinção decisiva, que permite compreender melhor ao mesmo tempo o que significa *Crítica da economia política* e “campo teórico” da análise política. Essa distinção é, na aparência, de ordem técnica. Ela concerne à composição orgânica do Capital. Importa distinguir, não o capital fixo e o capital circulante como se faz correntemente em uma perspectiva estreitamente monetária, para não dizer contábil, mas o capital *constante* e o capital *variável*: “No curso da produção, a parte do capital que se transforma em meios de produção, isto é, em matérias primas, matérias auxiliares e instrumentos de trabalho, não

⁷⁷ *Idem*, p. 195.

modifica (...) a grandeza do seu valor. Nós a chamamos (...) *capital constante*. A parte do capital transformada em força de trabalho, pelo contrário, muda de valor no curso da produção. Reproduz seu próprio equivalente e mais um excedente, uma mais-valia que pode ela própria variar (...) Esta parte do capital se transforma sem cessar de grandeza constante em grandeza variável. Por isso (...) nós a chamamos (...): *capital variável*.”⁷⁸

Esta distinção “técnica” permite calcular a taxa de mais-valia. E esse próprio cálculo permite analisar – no sentido estrito do verbo – a *jornada de trabalho* (tema do capítulo X, que convém ler cuidadosamente). Porque é a este nível empírico que se exerce o poder político do sistema capitalista, isto é, do Estado burguês. Aqui se manifesta bem o objetivo do *Capital*: não construir uma nova filosofia da história com fundamentos econômicos, mas pôr à luz os mecanismos econômicos impostos pelo desenvolvimento histórico das sociedades no interior das quais se enfrentam as classes sociais, a fim de determinar a estratégia política eficaz. O leitor não deixará de notar que a segunda metade desse capítulo X muda de estilo. Nas páginas iniciais, as referências a essas situações empíricas são numerosas, mas em geral, remetidas para as notas; o discurso é abstrato e demonstrativo. Eis que, de um modo mais claro, a polêmica política se engaja contra as práticas capitalistas no seio da fábrica, contra a legislação trabalhista imposta pelo Estado burguês, contra as doutrinas econômicas e jornalísticas que as justificam.

* Jornada de trabalho e mais-valia

Precisemos entretanto os termos em que Marx definiu teoricamente o campo desta polêmica:

1. “A jornada de trabalho não é (...) uma grandeza constante, mas uma grandeza variável. Uma de suas partes é bem determinada pelo tempo de trabalho que exige a reprodução contínua do próprio operário; mas sua grandeza total varia segundo a amplitude ou a duração do sobretra-

⁷⁸ *Idem*, p. 207.

balho. A jornada de trabalho é então determinável, mas em si, é indeterminada.”⁷⁹

2. “(...) Seu limite mínimo, no entanto, não pode ser determinado. Seguramente, se nós colocamos (...) o sobre-trabalho = 0, obteremos assim um limite mínimo, isto é, a parte da jornada durante a qual o trabalhador deve necessariamente trabalhar para a sua própria conservação. Mas, uma vez dado o modo de produção capitalista, o trabalho necessário não pode jamais formar senão uma parte da jornada de trabalho, e esta própria jornada não pode ser reduzida a este mínimo. Pelo contrário, a jornada de trabalho possui um limite máximo (...) [Esta], é duplamente determinada, e em primeiro lugar pelos limites físicos da força de trabalho (...) [Mas] é necessário ao trabalhador tempo para satisfazer suas necessidades intelectuais e sociais, cujo número e caráter dependem do estado geral da civilização”.⁸⁰
3. “O capitalista comprou a força de trabalho por seu valor diário (...) Mas o que é um dia de trabalho? (...) o capitalista tem sua maneira de ver esta *última Thulé*, o limite necessário da jornada de trabalho. Enquanto capitalista, ele não é senão o capital personificado (...) ora, o capital não tem nenhuma tendência natural para crescer, para criar uma mais valia, para absorver, por meio da sua parte constante – os meios de produção – a maior massa possível de trabalho extra. O capital é trabalho morto que, semelhante ao vampiro, só vive sugando o trabalho vivo e sua vida é tanto mais alegre quanto mais ele suga (...) o capitalista apela então à lei da troca de mercadorias. Procura, ele, como todo outro comprador, tirar do valor de uso da sua mercadoria o maior partido possível. Mas, de repente, eleva-se a voz do trabalhador, que até aqui estava como que perdida no turbilhão da produção”.⁸¹

⁷⁹ *Idem*, p. 288.

⁸⁰ *Idem*.

⁸¹ *Idem*, p. 229.

Estando definidas estas condições, ao mesmo tempo teóricas e históricas, impõe-se o combate *político*. É muito necessário ver que esta situação não é nova, que o sistema capitalista não é o único a ter exigido o sobretrabalho. Este aparece desde que se institui *politicamente* a economia mercantil, desde que uma classe possui os meios de produção e que “o trabalhador, livre ou não, é forçado a acrescentar ao tempo de trabalho necessário para a sua manutenção um excedente destinado a produzir a subsistência do possuidor dos meios de produção”.⁸² O capitalismo não faz senão agravar a exploração, porque ele tem os meios técnicos e políticos para racionalizá-la.

O MAQUINISMO INDUSTRIAL

A segunda metade do capítulo X multiplica os exemplos, estabelece as comparações que confirmam as intuições das primeiras páginas do *Manifesto comunista* e evidencia o ponto de vista legalista sustentado pelos Estados – e o incessante crescimento das reivindicações operárias. O estudo dos mecanismos econômicos desemboca desta vez, de maneira decidida, sobre o dinamismo dos combates políticos. Porque o trabalhador “livre”, livre para vender a sua força de trabalho, compreendeu “que o tempo pelo qual lhe é permitido vender sua força de trabalho é o tempo pelo qual ele é forçado a vendê-la, e que na realidade o vampiro que o suga não o deixa mais...”.⁸³

Entretanto – aí está o tema da *Seção IV* – não está aí senão a base da exploração burguesa. Às técnicas do lucro fundado sobre a mais-valia absoluta – essenciais ao modo de produção capitalista – se acrescenta um suplemento, ligado ao desenvolvimento histórico das forças produtivas, que as reforça e, ao mesmo tempo, as compromete, se a contestação política se mistura a ela.

⁸² *Idem*, p. 231.

⁸³ *Idem*, p. 295.

O que caracteriza, com efeito, o capitalismo na segunda metade do século XIX é o fato de que seu impulso está daqui por diante estreitamente ligado ao progresso das ciências e das técnicas. O que era uma tendência cada vez mais insistente desde o século XVI se impõe agora como necessidade. Tendo sido constituído, esse empreendimento científico-técnico – por causas e razões que não se poderiam analisar aqui –, visando ao conhecimento e à dominação da natureza e alcançando mais e mais eficazmente essa meta, o princípio do modo de produção burguês: o *lucro máximo* exige do capitalista que ele se apodere da ciência, a fim de construir máquinas cada vez mais possantes e aperfeiçoadas, graças às quais ele entregará ao mercado, assegurando sua supremacia, mercadorias mais numerosas, melhor adaptadas e de menor custo.

* Desenvolvimento científico e mais-valia relativa

A atual importância sócio-econômica da ciência é tal, e cresce ainda, ao ponto de torná-la determinante, que não há necessidade de insistir sobre isso. Ora, essa transformação do capitalismo, ligada ao desenvolvimento das forças produtivas, não é *neutra*: ela própria constitui uma nova fonte de mais-valia, engendra um novo tipo de lucro. E, aí ainda, a referência à sociedade contemporânea não pode senão confirmar a justeza da análise da *Seção IV*.⁸⁴

Precisemos: “Pelo aumento da força produtiva ou da produtividade do trabalho, nós entendemos em geral uma mudança nos procedimentos, abreviando o tempo socialmente necessário à produção de uma mercadoria, de tal sorte que uma quantidade menor de trabalho adquire a força de pro-

⁸⁴ Ao ponto mesmo que se, pode se perguntar se, desde um século e nos setores mais avançados da indústria, a parte mais importante do lucro capitalista vem, não da mais-valia absoluta, mas da mais-valia relativa e, conseqüentemente, do desenvolvimento do aparelho científico-tecnológico.

duzir mais valores de uso.”⁸⁵ Definidas assim as coisas, a diferença aparece claramente: “Chamo mais-valia absoluta a mais-valia produzida pelo simples prolongamento da jornada de trabalho, e mais-valia relativa a mais-valia que, pelo contrário, provém da redução do tempo de trabalho necessário (...)”⁸⁶

Qual é esse novo “milagre”, a serviço do lucro, que amplia a exploração, mascarando-a? Para ganhar no jogo da concorrência, o proprietário prevenido investiu para melhorar a produtividade da sua empresa: amplia o capital constante: mas gasta. Não é questão todavia que o faça como se diz, “do seu bolso”. Desde logo, ele vai manter a duração da jornada de trabalho. Aquela que se decompunha, até agora, em dois segmentos: o tempo necessário à manutenção do trabalhador e o sobre trabalho, fonte do lucro, se subdivide agora em três: a parte do tempo que corresponde à reprodução da força de trabalho do trabalhador, a parte que é ela própria sobre trabalho e a parte que – intercalada entre uma e outra – faz intervir o fato que a hora de trabalho possui agora uma eficácia maior na produção dos valores de uso.

Na verdade, o maquinismo introduz uma transformação completa do modo de exploração burguês. Assim como a exploração capitalista “simples”, fundada sobre a mais-valia absoluta, aparece como a verdade da exploração mercantil, em geral, assim a maquinária – à qual se divertem em chamar depois de sociedade industrial – determina outros mecanismos de utilização do sobretrabalho. Desde então – é isso que estabelece a *Seção IV* – torna-se possível traçar esquematicamente, abstratamente a própria história das sociedades “avançadas”, cuja origem, precisamente a *Seção VIII* analisará. O assunto – é o caso de dizê-lo – é totalmente *político*: a esse respeito, o caráter meticulosamente “econômico” do texto não deve enganar. Trata-se de uma *demonstração*, que se inscreve no quadro da crítica da economia política.

⁸⁵ *Idem*, t. II, p. 9.

⁸⁶ *Idem*.

* Da manufatura à fábrica

O sistema econômico-político burguês começa com a manufatura: esta, seja homogênea ou serial, agrupa em um mesmo lugar os produtores tendo atividades específicas que concorrem para a fabricação de uma mercadoria – uma carroça, por exemplo – ou que os reúna para realizar múltiplos exemplares de um mesmo objeto – alfinetes ou pregos –, põe em ação já seu subterfúgio: a manufatura é um espaço organizado de tal modo que os produtores cooperam. Ora, por esse meio, “o capitalista paga (...) a cada um dos cem trabalhadores sua força de trabalho independente, mas não paga a força combinada da centena”.⁸⁷ Utiliza assim o caráter coletivo do trabalho para extorquir a mais-valia.

Não é a única conseqüência: a parcelarização da atividade operária que impõe o espaço da manufatura exacerba o fato social da divisão do trabalho. Antecipando os estudos empíricos feitos desde então pela sociologia industrial, Marx mostra que a pulverização da atividade, a submissão dela a um plano de conjunto que escapa ao produtor, o fato de que se introduziu uma distância temporal e geográfica cada vez maior entre a produção e o produto acabado permitem ao organizador, ao “promotor” do trabalho, exercer um poder sem limite: “A divisão manufatureira do trabalho supõe a autoridade absoluta do capitalista sobre homens transformados em simples membros de um mecanismo que lhe pertence.”⁸⁸ Desde então, essa técnica de sujeição cotidiana, cada hora, cada minuto do trabalhador considerado “independente”, influi de modo decisivo sobre este último e contribui para reduzir sua combatividade política. Como nota Marx, Adam Smith o observava: “A inteligência da maior parte dos homens se forma necessariamente pelas suas ocupações normais. Um homem que passa toda a sua vida a realizar um certo número de operações simples (...) não tem lugar para desenvol-

⁸⁷ *Idem*, p. 25.

⁸⁸ *Idem*, p. 46.

ver sua inteligência nem exercer sua imaginação (...) e torna-se em geral tão estúpido quanto seja possível a uma criatura humana tornar-se.”⁸⁹

A descrição de Adam Smith é simplista. É conservadora na medida em que fala somente do *homo œconomicus* e desconhece a capacidade de *reação política* dos trabalhadores.⁹⁰ Sequer assinala a obra de cretinização geral que o sistema manufatureiro instala. O fato positivo da cooperação se torna o seu contrário: o isolamento do produtor, separado do processo global da produção, comandado por mecanismos que lhe são exteriores, atinge o seu máximo. Ora, a introdução do maquinismo, a transformação da manufatura em *fábrica* – diríamos melhor, em francês, em *usina* – que na aparência, constitui um progresso no desenvolvimento das forças produtivas, não faz mais do que agravar a situação – no quadro definido, pela economia burguesa. É bem verdade que, graças à ciência, a indústria, ao anexar “forças naturais poderosas”, colocando-as a seu serviço, “aumenta de uma maneira maravilhosa a produtividade do trabalho”.⁹¹ Para compensar o investimento em capital constante que é obrigado a fazer se quer permanecer um concorrente eficaz, o capitalista vai usar todos os meios disponíveis. É necessário seguir aqui as análises de Marx que mostram como esse “progresso” sem cessar, acrescido de forças produtivas, introduz medidas de repressão acrescidas sem cessar contra aqueles que alugam sua força de trabalho. Existe, de início, a manutenção da duração da jornada de trabalho, em seu estado “tradicional”; existe a utilização cada vez maior do trabalho de mulheres e de crianças, possibilitada pelo fato de que a máquina “economiza” a força bruta do músculo; existe sobretudo a *intensificação* do trabalho; com a máquina que impõe a sua cadência, o produtor é submetido a um ritmo de atividade cada vez mais rápida, que provoca o seu desgaste cada vez mais rápido, e lhe é paga sempre ao mesmo montante.

⁸⁹ *Idem*, p. 51.

⁹⁰ Cf., em particular, C. Castoriadis “Pour une histoire du mouvement ouvrier”, in *L'expérience du mouvement ouvrier, I, Socialisme ou Barbarie*, 10/18, 1973.

⁹¹ *Le Capital*, *idem*, p. 72.

* Expansão do capitalismo

Desde 1848 – como já se sublinhou aqui – o *Manifesto comunista* saudava a sociedade burguesa industrial como uma revolução econômica decisiva, como uma revolução que não cessa de superar-se a si mesma, obrigada a seguir adiante para não sucumbir nos seus próprios dejetos. O *Capital*, nesta *Seção IV*, estuda os mecanismos desse processo delirante que, sob a lei do lucro, conduz à sujeição de toda atividade ao demônio da produtividade, a qualquer preço... este preço que paga precisamente o trabalhador (ou o capitalista canhestro que tem a escolha entre suicidar-se ou tornar-se ele mesmo um trabalhador).

Na verdade, a descrição de Marx permanece exata. Apesar das melhorias arrancadas pelas lutas operárias, a situação fundamentalmente não mudou. Voltaremos sobre esse ponto na nossa *Conclusão*. Todavia, o que é necessário sublinhar desde agora é a espantosa previsão que permitiu a Marx compreender que a *fábrica* já é um Estado no Estado. Conhecemos o grande princípio do regime liberal: só o Estado é soberano; soberano, ele não reconhece outra realidade senão os indivíduos que ele agrupa sob sua proteção. Ora, a existência da *fábrica*, que condiciona a existência do Estado liberal, entra diretamente em contradição com este princípio. Desde 1867, Marx, quando se interroga sobre o tipo de *ordem* que reina nas fábricas, compreende que elas estão, desde o início do jogo, subtraídas à legislação geral, que comportam regras específicas, com uma organização repressiva própria regulamentando a atividade de cada um durante o tempo em que trabalha, isto é, a maior parte de seu tempo de vida, se se exclui o tempo do sono.

O desenvolvimento do capitalismo, sua arrancada em direção ao lucro máximo, a constituição do mercado mundial, em resumo, a organização do imperialismo político como expressão de uma economia que não pode mais confessar suas contradições e sua barbárie, reforçou esta tendência. Qualquer nome que se dê a esses agrupamentos – trustes, holdings, cartéis, “sociedades multinacionais” – eles são, de fato, como pensava Marx com

anterioridade, centros de poderes econômicos, tanto mais poderosos quanto eles tem por apoio, não somente o arsenal de leis e de aparelhos estatais, mas ainda as instituições científicas, que regulam ou pretendem regular o destino dos indivíduos e dos povos.

Pelo lucro, e sob o signo do progresso, da produtividade, do desenvolvimento das forças produtivas, da racionalidade operatória, do melhor contra o pior. Como se o pior não estivesse já aí!

A ORDEM DO SALÁRIO

O pior já está aí e precisamente nesta forma de pagamento, de “retribuição” da força de trabalho que se chama *salário*, ao qual está consagrada a análise da *Seção VI*. Como indicamos mais acima, Marx dá o crédito aos doutrinários da economia clássica por terem rapidamente compreendido que a economia vulgar não compreende nada quando, tendo assimilado de maneira simplista o trabalho a uma mercadoria, julga que seu preço é função da oferta e da procura. Como toda mercadoria, o preço não é jamais senão uma variação conjuntural em torno do *valor*. Tendo captado este aspecto, tendo *visto* que o que o capitalista paga ao operário é a reconstituição da força de trabalho deste, a economia clássica não soube nem quis tirá-lhe as conseqüências. Adam Smith, em particular, permaneceu obnubilado pela idéia do “preço natural”, de um preço que entraria no concerto harmonioso dos componentes físico-sociais: que o produtor seja pago para sobreviver, se possível cada ano um pouco melhor, que o proprietário dos meios de produção bem informado realize lucros, cada dia um pouco maiores, eis o que está na ordem do progresso!

Ora, o estabelecido pela *Seção VI* é que, por mais que seja mercadoria, a força de trabalho não é uma mercadoria como as outras. Eis o que a economia clássica não quis reconhecer; eis porque ela confundiu constantemente, na sua fraseologia, valor do trabalho e valor da força de trabalho. O

que o capitalista pretende retribuir pelo *salário* que ele paga é o trabalho do produtor. O pagamento feito, ele dá por quitado. O que ele retribui, na realidade, é a parte da força de trabalho que vai permitir ao operário apresentar-se amanhã para trabalhar de novo; quanto ao sobretrabalho, ao trabalho não pago, a forma *salário* – com todos os aspectos contratuais, de acordo tácito ou explícito, de usos e costumes – tem por função mascará-los: “A forma salário, ou pagamento direto do trabalho, faz então desaparecer todo vestígio da divisão da jornada do trabalho em trabalho necessário e sobretrabalho, em trabalho pago e não pago de modo que todo o trabalho do trabalhador livre se supõe pago.”⁹²

Neste momento, Marx desenvolve uma comparação que me parece ser de uma importância excepcional para a compreensão de seus textos. O sistema do salariedade tal como o organiza o poder burguês mascara a realidade da exploração, até na sua manifestação empírica. Constitui-se, nesse sentido, em uma *regressão histórica* (já que o desenvolvimento das forças produtivas não entranha automaticamente o progresso na essência das relações sociais!). Com o sistema feudal, o assunto é claro: “O trabalho de quem realiza a corvéia para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor são claramente separados um do outro no espaço e no tempo.”⁹³

A forma salário – nas suas diversas realizações – significa claramente a farsa inerente ao capitalismo. Certamente, é melhor um salário alto do que um salário de miséria. Mas em todo caso, existe um “roubo”; existe uma extorsão, abuso de poder, técnica de intimidação. Que os trabalhadores tendo altos salários tenham a possibilidade de “capitalizar” e de se tornar acionistas de sociedades capitalistas – como isso ocorre, diz-se, nos países industriais mais avançados hoje – não impede em absoluto que eles sejam roubados, como trabalhadores, e ladrões, como capitalistas, um não compensando o outro; e que a forma do salariedade não pertence exclusivamente às formações capitalistas e que ela subsiste nos Estados que se afirmam “socialistas”.

⁹² *Idem*, p. 210.

⁹³ *Idem*.

A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

É possível, agora, seguir, no seu processo de conjunto, a circulação do capital e definir os mecanismos da acumulação capitalista. A *Seção VII* se dedica em determinar estes dois esquemas conjuntos (trata-se de esquemas: é nos Livros II e III, inacabados, que Marx precisa sua análise e estuda a maneira pela qual se articulam e se transformam as diversas modalidades do lucro: lucro industrial, juros, ganho comercial, renda fundiária, etc...).

Sob sua forma elementar, o processo de circulação do capital aparece como um movimento circular simples: conversão de uma forma dinheiro em meios de produção (capital constante) e em força de trabalho (capital variável); operação de produção que transforma os meios de produção em mercadorias; realização do valor daquelas em dinheiro, a fim de que este último seja de novo convertido em capital... e assim sucessivamente. Assim se opera “simplesmente” a extorsão da mais-valia.⁹⁴ Na realidade, mesmo no estágio dessa reprodução simples, o mecanismo da acumulação está a caminho. Com efeito, dois fatores intervêm e vão permitir ao capitalista começar a fazer o jogo do lucro. Por um lado, o capitalista “não paga senão quando o operário já trabalhou e acrescentou a seu produto o valor da sua própria força e uma mais-valia. Além da mais-valia, fundo de consumo do capitalista, o operário produziu o fundo do seu próprio pagamento, o *capital variável*, antes que este lhe retorne sob a forma de salário, ele não é empregado durante o tempo que continua a se reproduzir”.⁹⁵ Assim, mesmo quando o processo de acumulação como tal não está em ação, se produz, por assim dizer automaticamente, uma transformação de “todo capital adiantado em capital acumulado ou em mais-valia capitalizada. Esse capital, mesmo que fosse, na sua entrada no processo de produção; adquirido pelo trabalho pessoal do empresário, torna-se, após um período mais ou menos longo, valor adquirido sem equivalente, materialização não paga do trabalho de outro”.⁹⁶

⁹⁴ *Idem*, pp. 210-211.

⁹⁵ *Idem*, t. III, p. 10.

⁹⁶ *Idem*, p. 13.

Além disso, durante o processo de produção, o trabalhador consome mercadorias: ao mesmo tempo que ele reproduz sua força de trabalho que alimenta a mais-valia (é o consumo produtivo), ele acrescenta, pelo consumo individual, o desenvolvimento da circulação das mercadorias. Desse modo, “o processo de produção capitalista considerado na sua continuidade, ou como reprodução, não produz somente mercadoria nem somente mais-valia: produz e eterniza a relação social entre capitalista e assalariado”.⁹⁷

* Capitalização da mais-valia

Entretanto, a exigência absoluta do lucro obriga o capitalismo a funcionar de modo mais sistemático. No esquema precedente, pode se supor que o proprietário individual dos meios de produção consuma integralmente para o seu prazer a mais-valia extorquida. Ora, se é assim, esse capitalista não o será por muito tempo. Aliás, não é em absoluto necessário considerar o indivíduo, mas o sistema; não a pessoa, mas a classe. Em resumo, como estabelecia já o *Manifesto comunista*, o sistema burguês não subsiste se ele não progride, se ele não se “revoluciona” constantemente. Ora, esse progresso tem por condição material a capitalização da mais-valia. De golpe, é necessário que “considerada de uma maneira concreta a acumulação de capital se transforma em acumulação de capital sobre uma escala progressiva. O círculo da reprodução se estende e se muda (...) em espiral (...) É a velha história: Abraão gera Isac, que gera Jacob, etc... O capital primitivo de 250.000 francos rende uma mais-valia de 50.000 francos que será capitalizada. O novo capital de 50.000 francos rende uma mais valia de 10.000 francos a qual após ter sido por seu turno capitalizada ou convertida em um segundo capital adicional rende uma mais-valia de 2.000 francos, e assim sucessivamente”.⁹⁸

⁹⁷ *Idem*, p 20.

⁹⁸ *Idem*, p 23.

“Segue-se daí que, quanto mais o capitalista acumulou, mais pode acumular”.⁹⁹ Assim, “a primogenitura faz maravilha. O que mudou quando a reprodução simples foi substituída por uma reprodução em uma escala progressiva, pela acumulação? No primeiro caso, o capitalista come a mais-valia inteira, enquanto que no segundo, ele dá prova de civismo não comendo senão uma parte dela para fazer dinheiro com a outra”.¹⁰⁰

E Marx, ultrapassando a análise política e a demonstração histórica, declara *aquilo*, que antecipa os furores nietzschianos e que põe nossa reflexão no vazio das contradições atuais: “O capitalista só tem um valor histórico, algum direito histórico à vida, alguma razão de ser social apenas quando funciona como capital personificado. Não é senão a esse título que a necessidade transitória da sua própria existência está implicada na necessidade transitória do modo de produção capitalista. A meta determinante de sua atividade não tem então nem valor de uso, nem o gozo, mas apenas o valor de troca e seu crescimento contínuo. Agente fanático da acumulação, ele força os homens, sem dó nem piedade, a produzir por produzir, e os empurra assim instintivamente a desenvolver as potências produtivas (...) O capitalista não é respeitável senão enquanto ele é capital feito homem (...)”.¹⁰¹

* As contradições do capitalismo

Assim se encontra localizado um funcionamento sócio-econômico que, para se manter, não pode senão “progredir”, agravando sem cessar as contradições que produz, pesando cada vez mais fortemente sobre a organização da sociedade, sobre a vida coletiva, sobre as relações entre os indivíduos. As análises precisas de Marx nesta *Seção* põem, em evidência, dois fatos muito importantes.

⁹⁹ *Idem*, p 24.

¹⁰⁰ *Idem*, p 26.

¹⁰¹ *Idem*, p 32.

Em primeiro lugar, a acumulação do capital entranha uma bipolarização da sociedade cada vez mais forte: “Assim como a reprodução simples recoloca constantemente a mesma relação social – capitalismo e salariedade –, assim a acumulação não faz senão reproduzir essa relação em uma escala igualmente progressiva, com mais capitalistas (ou maiores capitalistas), de um lado, mais assalariados, do outro. A reprodução do capital contém a da força de trabalho, seu grande instrumento de valorização.¹⁰² Acumulação de capital é, então, ao mesmo tempo, crescimento do proletariado.” Assim, a ordem social se torna cada vez mais clara, como previa Mandeville, na *Fábula das Abelhas*, desde o início do século XVIII e como sublinhava Hegel, em 1821, nos *Princípios da Filosofia do Direito*. Mas a clareza não significa nem simplicidade nem serenidade. O fosso se aprofunda entre proprietários e trabalhadores. Quanto ao aumento eventual dos salários que podem provocar conjuntamente os “progressos” da acumulação – quando o capital adicional “exige” mão-de-obra que o faça frutificar – não muda em nada a lei do sistema: a extorsão do trabalho gratuito.

Em segundo lugar e em consequência, os efeitos conjugados do processo de acumulação do capital, da introdução cada vez mais decisiva da ciência e da técnica na produção e do poder político que a burguesia exerce com um cinismo sem cessar crescente conduzem à formação de um exército industrial de reserva. “Na medida em que ele desenvolve os poderes produtivos do trabalho e faz então obter mais produtos com menos trabalho, o sistema capitalista desenvolve também os meios de obter mais trabalho do assalariado, seja prolongando sua jornada, seja tornando seu trabalho mais intenso, ou ainda aumentar na aparência o número de trabalhadores empregados ao substituir uma força superior e mais cara por muitas forças inferiores e baratas, o homem pela mulher, o adulto pelo adolescente e pela criança, um Ianque por três Chineses. Eis aí, tantos métodos para diminuir a procura de trabalho e tornar a oferta superabundante”. Com esta consequência: “O excesso de trabalho imposto à fração da classe assalariada que

¹⁰² *Idem*, p 55.

se encontra em serviço ativo engrossa os exércitos da reserva é, aumentando a pressão que a concorrência desta exerce sobre a primeira, força aquela a sujeitar-se mais docilmente às ordens do capital.”¹⁰³

Nota-se aqui, mais uma vez, que a crítica da economia política recusa a separação do econômico e do político. Esta *Seção VII*, por “econômica” que seja na sua argumentação, não para de sublinhar que o funcionamento do modo de produção capitalista e as relações de produção que ele implica, não é possível senão enquanto a instância política, o *poder*, intervenha para realizá-lo.

“Um lanque por três Chineses”! Eis aí uma fórmula que nos concerne diretamente. Como se Marx tivesse previsto, há um século, que o desenvolvimento do capitalismo introduziria uma divisão mundial do trabalho (capitalista/industrial) tal que não apenas a extorsão do trabalho gratuito se operaria entre as nações segundo seu grau “tecnológico” (na realidade, segundo sua força de intervenção política), mas ainda que o exército industrial de reserva se ampliaria com os trabalhadores imigrados. Qual “trabalhador” melhor que o imigrado, sem nenhum direito político, que se utiliza quando se tem necessidade dele, e que se rejeita no momento em que não serve mais e que só se protege quando representa a força de trabalho!

A “CIVILIZAÇÃO”: ESBOÇO DE UMA TEORIA DA HISTÓRIA

Dizíamos, no início deste *Perfil*, que a linha de leitura do *Livro primeiro* do *Capital* é esta: duas seções teóricas, a primeira e a última – *a mercadoria e a moeda, a acumulação primitiva definindo um campo no interior do qual se desenvolvem as análises políticas, as Seções II a VII*. A *Seção I*, nós a definimos como esboço de uma teoria da civilização (no mesmo sentido em que se fala de uma teoria da civilização na *República* de

¹⁰³ *Idem*, p 55.

Platão, na *Política* de Aristóteles, nos *Discursos* e no *Contrato Social* de J. J. Rousseau, no *Totem e Tabu* de Freud); a *Seção VIII*, nós a apresentamos como teoria da história. É dela que se trata agora.

Exprime-se aí, com efeito, a maneira – nova – pela qual Marx concebe o trabalho histórico. Marx sabe bem – mas todos os pesquisadores do seu tempo, dos mais liberais aos mais reacionários, o sabiam também naqueles tempos – que não existe discurso histórico inocente, que toda pesquisa de objetividade histórica tem um objeto político (o que se finge ignorar hoje, em nome da ciência). Mas ele faz um pouco mais: e esse pouco é muito. Ele estabelece – como já tinha feito na *Luta de classes na França*, no *18 Brumário de Louis-Napoléon Bonaparte*, como o fará na *Comuna de Paris* – que o interesse da história não é construir (ou desconstruir) genealogias, recolher curiosidades ou filiações, mas romper os círculos viciosos nos quais o presente se enrijece, nos quais ele se compraz e onde, também, se mascara.

O problema – estando entendido que a informação controlada é decisiva – é de determinar o aparecimento das modalidades do *acontecimento* – acontecimento querendo dizer precisamente o que conta, o que permite romper o círculo da repetição, da pequena repetição que faz do mesmo um outro, de um outro o mesmo (Luis XVIII, aliás Carlos X, aliás Lamartine, aliás Napoleão III). Em resumo, Marx tem a audácia de se colocar a questão de conhecer como e porque o capitalismo ocorreu. O importante é captar bem o seu procedimento. O capitalismo, naquela metade do século XIX, está lá: instalado economicamente, beneficiando-se com a sustentação dos sábios (que acreditam em suas benfeitorias), sustentado pelos Estados burgueses que tiram dele os benefícios do poder e do gozo. Certamente, depois deste texto, se recolocou esta questão, de Max Weber às pesquisas atuais. Sobre este objeto, as querelas de escola são sem interesse: em particular, da “causalidade” relativa entre infra-estruturas econômicas e instâncias ideológicas. O importante é compreender o mecanismo de poder que engendrou a resolução de uma situação – resolução, como se diz resolução de uma peça – a situação dita feudal e o “estabelecimento” de uma outra situação.

Louis Althusser, na advertência já citada, propunha não sem certas boas razões – remeter para o final, a leitura da *Seção I*. Quanto a mim, proporei começar pela *Seção I* e ir imediatamente à *Seção VIII*. Essa passagem, muito rápida sem dúvida, teria o mérito de mostrar como a “civilização” – aquilo que é entendido como tal – isto é, a economia mercantil, se institui e como, nos nossos países e logo no mundo inteiro, ela se torna, por ocasião das transformações técnicas, sociais, científicas, *capitalista*. Deste modo, se captaria claramente o que quer dizer, em realidade, segundo Marx, *modo de produção*. O modo de produção não é a última instância, a realidade presente (ou ausente) à qual se deve referir em última análise”. O conceito de modo de produção só conta como instrumento de inteligibilidade na medida que ele introduz a capacidade de compreender as transformações das relações de produção, isto é, a realidade política. Tem apenas uma significação *diferencial*. Assinala simplesmente a eventualidade das mutações políticas, que não são de modo algum necessárias.

A *Seção VIII* resolve a questão histórica da realidade do capitalismo. Ela desenrola os fios que, hoje, estão tão bem (ou tão mal) reunidos que nos arriscamos de não captar nada. Ela põe em evidência o fato de que a intervenção política é decisiva, que o nascimento da manufatura no século XVII não foi inelutável, que ela não é um simples produto de um novo “modo de produção”, mas que resulta de uma *operação de poder*, concertada, por um grupo social, que captou a oportunidade e que a impôs.

O que não quer dizer que o *Livro primeiro* termine com uma lição de ceticismo. Ele define, pelo contrário, um programa de ação. Nada estava seguro para o capitalismo dos séculos XVI e XVII: o desenvolvimento tecnológico teria podido não se colocar a serviço da produtividade a qualquer preço. Nada está seguro para o capitalismo do século XX: as prodigiosas riquezas que ele produziu são de imediato destruídas. A alternativa dos países que se proclamam socialistas não é melhor: que fazem eles, a não ser proclamar um princípio que permitiu certamente certos progressos sociais, mas sem mudar nada de essencial...

François Châtelet

A ação definida por Marx conduziu à revolução bolchevique. Realizou ela o socialismo, tal qual Marx e Engels o pensavam? Esta é uma outra história, é a nossa, a qual temos que discutir. Quanto a concluir, nós nos referimos à *Crítica do programa de Gotha*, porque ela coloca bons problemas.

3. POLÍTICA DE MARX

O Livro I do *Capital* e seus desenvolvimentos nos textos que Marx não teve tempo de acabar e que foram publicados posteriormente – os *Livros II e III* e as *Teorias da Mais-Valia (Livro IV)* – analisam os mecanismos do modo de produção capitalista. Eles definem assim as regras que regem necessariamente as sociedades “avançadas” no último terço do século XIX (leis que governam ainda hoje, na maior parte, e que são introduzidas aliás sob outras modalidades). Desenham assim o campo articulado e constringedor no seio do qual se dá a existência social. O modo de produção capitalista, a dinâmica das forças produtivas e das relações de produção que ele impõe, determinam um espaço real, com regras inelutáveis – como aquelas, ideais, de Euclides ou de Riemann tem as suas – e dos quais não se pode sair a não ser revolucionando o modo de produção.

PRIORIDADE DO POLÍTICO

Isto não quer dizer que, desde logo, a existência social esteja determinada nos menores detalhes. Em primeiro lugar, o estudo das sociedades prova que o espaço histórico de uma sociedade singular – por exemplo o caso da Alemanha e da França, no período contemporâneo de Marx – é um misto onde dominam as leis da produção capitalista, mas onde podem subsistir os elementos de um misto mais antigo. As sociedades atuais, singularmente nos países ditos em vias de desenvolvimento, atestam o fato de que muitos modos de produção se combinam, interferem ou simplesmente co-existem, sob a dominação do imperialismo.

Em segundo lugar, a existência social, se está circunscrita pelo espaço “econômico”, não se reduz a ele. Desde logo, o conhecimento deste espaço “econômico” não basta para tornar inteligível a realidade de uma sociedade em uma época dada. É necessário recorrer a outros fatores, precisamente históricos (como o faz Marx na *Seção VIII*), atentando à estrutura singular e ao passado desta sociedade. Em outros termos, o desenvolvimento da existência social, sua manifestação, é de uma ordem diferente. Sua explicação requer análises onde o que costumamos chamar “acontecimentos”, “circunstâncias”, “sobrevivências”, etc..., jogam um papel importante. Entretanto, esta diferença não implica de modo algum uma ruptura entre os dois níveis: o que assegura a relação de inteligibilidade, entre a leitura fundamental de uma sociedade em função do seu modo de produção dominante e a sua leitura histórica, é o *espaço político*.

Com efeito, o *Livro I* mostra, como sublinhamos muitas vezes, que o capitalismo tem o “mérito” de fazer aparecer, de tornar manifesta a essência política de toda a sociedade de classe: *a luta de classes*. Assim, a análise “econômica” fornece à pesquisa histórica seu princípio: a história é, *de início, política*, ela atua, em primeiro lugar, sobre a luta pelo poder. É à luz deste princípio que pode ser introduzida uma compreensão *realista* (no sentido em que Gaston Bachelard entende este termo) das diversas realidades históricas, trate-se de combates (ou da ausência de combate) políticos, militares, ideológicos, institucionais, produções artísticas, intelectuais, científicas. “À luz” não significa nem que o recurso à luta de classes em geral engendre a iluminação nem que as classes ou seus antagonismos reais constituam causas. Isto quer dizer que a explicação dada arrisca-se sempre a ser insuficiente se ela não chega a revelar os desafios políticos que, finalmente, estão sempre presentes nos atos históricos, pertencessem eles, nas consciências dos seus autores, às motivações mais místicas e mais desinteressadas, como se diz.¹⁰⁴

¹⁰⁴ O próprio do desafio político é de não se dar, de se esconder, sobretudo no que concerne às produções intelectuais. Eis aí uma regra que vem do fato de que a cul-

É necessário precisar também que aquilo do que se trata aqui é a explicação e não um julgamento sobre o “valor” de uma obra, sobre seu êxito, sobre sua eficácia, sobre o prazer que ela provoca (para quem? quando? onde?). Estas diversas observações, feitas a propósito do alcance dos resultados atingidos pelo *Capital* no que concerne ao passado e ao presente, preparam, com efeito, as conseqüências mais importantes, aquelas que dizem respeito à realidade que se faz, à atividade política, ao futuro. O *Perfil* tentou estabelecer que, mesmo sob seus aspectos mais abstratos, mais técnicos, o *Capital* é um livro político de ponta a ponta. Como a desmontagem dos mecanismos do capitalismo desemboca sobre a definição de objetivos e de modalidades de ação?

OS OBJETIVOS DO “CAPITAL”

Ele determina, de início, um objetivo a longo prazo: a construção da sociedade racional, do comunismo, na qual não somente a abolição da propriedade privada dos meios de produção, a supressão de todas as classes e a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, mas ainda a desaparecimento do Estado e o aumento indefinido da produtividade devida ao livre desenvolvimento das ciências e da indústria permitirão realizar a fórmula de Prosper Enfantin: “De cada um segundo suas capacidades a cada um

tura ocidental, tendo reforçado a divisão do trabalho manual e do trabalho intelectual, introduziu uma outra divisão de tarefas, que se traduz pela diversidade dos gêneros: poesia, teatro, filosofia, história, ciência pura, ciências aplicadas, etc. Cada um destes gêneros tem suas leis, às quais o autor tem que obedecer. Desde logo, o gênero se constitui como “produção” a parte, que não parece ter por finalidade senão se reproduzir, se desenvolver, se revolucionar, em seu gênero e apenas em função disto. Ele se esquece, como momento da produção social de conjunto; põe entre parênteses o fato que tem uma significação, um lugar, que ele produz efeitos que não estão apenas em seu gênero.

segundo suas necessidades”.¹⁰⁵ Aquilo sobre o que é necessário insistir imediatamente, é a repugnância de Marx em falar deste futuro. Ele não lhe consagra senão raras páginas porque sabe bem que os modelos propostos são sempre ilusórios e sem importância; que eles pressupõem, quando tratam do futuro, uma continuação da “natureza humana”, que então se encontraria enfim realizada, enquanto que ele considera que essa pretensa “natureza” é um produto das condições sociais. A breve ficha sinalética da sociedade comunista tem simplesmente por função indicar o inverso concreto – por oposição aos *múltiplos inversos abstratos* que os pensadores utópicos elaboraram – da ordem capitalista. O que será, pela ação política que sustenta, os seus trabalhos teóricos e de sua atividade militante, é uma sociedade onde a desapareição da exploração econômica, das classes sociais e do Estado abolirá a relação fundamental do sistema atual (uma atualidade que perdura): a relação dominante/dominado, a qual envenena a existência social e interdita o acesso ao que o homem busca essencialmente: o *prazer*.

Entretanto, o que assegura o caráter “científico” do empreendimento – por oposição à “utópica” – é o fato de ter definido um termo mediato, que forma a base sobre a qual se poderá edificar a sociedade comunista e que está inscrita, desde já, nas reivindicações e nas lutas da classe operária: a passagem à sociedade socialista. Supõe que seja realizado um primeiro passo, o passo decisivo: a tomada de poder pelo “povo em armas” e a instauração da “ditadura revolucionária do proletariado” em lugar do Estado burguês.¹⁰⁶ Aos olhos de Marx, se se crê nas *Glosas marginais ao Programa de Gotha*, o “Estado socialista”, isto é, a ditadura do proletariado, é essencialmente transitória, uma transição cuja duração é função da luta de classes, que se agrava tanto internamente quanto em escala internacional. Mas se o *socialismo* permanece – na sua definição econômica: abolição da propriedade dos meios de produção – como condição do comunismo, ele deve querer

¹⁰⁵ Crítica do Programa de Gotha, p 84, in *O Manifesto comunista, a Crítica do Programa de Gotha*, trad. C. Lyotard, “le livre de poche”, 1973.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 96.

seu próprio desenvolvimento como realidade política, como Estado, permitindo a passagem do capitalismo ao comunismo.

O objetivo a meio termo – a sociedade socialista, a ditadura revolucionária do proletariado que radicaliza a luta de classes por suas decisões de supressão da propriedade dos meios de produção – está ligado a uma tarefa atual: a reunião das forças proletárias em uma organização que tomará a cabeça do movimento dos explorados. Estas forças proletárias existem; mas não estão agrupadas nem nas nações nem sobre o plano internacional; ainda não chegaram a ultrapassar o estágio das reivindicações imediatas e a discernir que o seu inimigo, que não é este ou aquele capitalista, mas o próprio capitalismo.

CRÍTICA DO REFORMISMO

A fundação da *Associação Internacional dos Trabalhadores* respondia a esta exigência. E neste assunto também a análise econômico-política do *Capital* desempenha um papel decisivo. Testemunha isso a crítica afiada que Marx faz do programa do *Partido operário alemão*, publicado na primavera de 1875, dito *Programa de Gotha*. Este retoma, desenvolve, “melhorando-os”, os primeiros textos da A.I.T. Ora, trata-se de fato de uma regressão política muito grave, fundada sobre um desconhecimento do sistema capitalista. Sejam dois exemplos:

1. No seu parágrafo 3, o programa declara essencialmente que a atividade dos trabalhadores estando regulamentada pelas cooperativas, cada uma entre elas “deve receber o fruto integral do seu trabalho (...) que é distribuído com toda equidade”.¹⁰⁷ É ignorar completamente os mecanismos econômicos, esquecer que também, em uma sociedade socialista, é necessário renovar as máquinas gastas, aumentar o capital constante a

¹⁰⁷ *Idem*, p. 78.

fim de ampliar a produção, cuidar daqueles que estão incapacitados de trabalhar, financiar o fundo destinado à satisfação das necessidades da comunidade. É pôr a ênfase sobre a distribuição, enquanto que a análise econômica estabelece que “toda espécie de distribuição dos meios de consumo não é senão o resultado da distribuição dos meios de produção”.¹⁰⁸ Em resumo, o programa volta ao socialismo vulgar e moralizante, e induz assim a uma perspectiva errada de luta.

2. Em outro parágrafo, está fixado o objetivo de abolir “os salários com a lei de bronze dos salários (...)” (esta “lei” pretende que o capitalista se esforce em pagar a jornada de trabalho pelo seu preço mais baixo). Este tema é o ponto de união dos discípulos de Lassalle, dirigente de uma corrente socialista, morto dez anos antes e cujas idéias mantiveram uma grande audiência. Ora, “desde a morte de Lassalle – [desde as demonstrações do *Capital*] – a verdade científica traçou um caminho para si no nosso partido: o salário não é o que aparenta ser, ou seja, o valor ou o preço do trabalho, mas é apenas uma forma mascarada do valor, ou preço da força de trabalho”. É a partir deste enunciado que se pode compreender o objetivo do sistema capitalista: “prolongar o trabalho gratuito pela extensão da jornada de trabalho ou desenvolvimento da produtividade, isto é uma maior tensão da força de trabalho”.¹⁰⁹ Sob esses aspectos aparentemente denunciadores da “maldade” capitalista, a fórmula de Lassalle desvia o movimento operário; não lhe propõe senão um motivo para a rebelião. Enquanto que se trata de organizar a ação revolucionária.

Organizar a ação revolucionária, tal é a meta do *Capital*, como é também a finalidade dessas *Glosas marginais*, dos textos históricos de Marx, dos combates no seio da AIT., das pesquisas sobre a história econômica. A crítica da economia política define, pela primeira vez, o que pode

¹⁰⁸ *Idem*, p. 84.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 84.

ser o caminho do que chamamos hoje “as ciências sociais”: uma crítica rigorosa, fundada sobre conhecimentos controlados, de um saber constituído, que atinge à crítica profunda da sociedade da qual esse saber é produto e justificação, e à definição de um programa de transformação radical, de inversão: de revolução.

Nada interdita pensar que seja este hoje o caminho de todas as ciências, sejam “sociais” ou “físicas”, na medida em que elas refletem sobre suas práticas reais, suas formas institucionais e suas funções econômicas, sociais e políticas.

SOBRE
OS
“ERROS”
DE
MARX*

* Publicado no livro *En Partant du “Capital”*, organizado por Victor Fay, Éditions Anthropos, Paris, 1968.

SOBRE OS “ERROS” DE MARX

O texto que se segue não tem outro fim senão o de classificar, por uma técnica de classificação crítica, os princípios a partir dos quais se costuma, geralmente, julgar da verdade e da eficácia da obra de Marx e, singularmente, do *Capital*. Trata-se de uma contribuição metodológica: não tem por objeto senão indiretamente aquilo que se habituou a designar como “conteúdo” do *Capital*; não é senão uma aproximação indireta. Mas não é seguro que a aproximação indireta não seja, ela também, hoje, onde a areia ideológica se introduz nas engrenagens mais finas da ciência, uma via direta. Jamais terminamos de aprender a ler, isto é, de desaprender a recitar e a constatar.

* . * . *

A lista dos erros cometidos por Marx é, ao mesmo tempo, longa e disparatada. Pelo menos, se cremos no ensino universitário dos sociólogos e dos economistas que ensinam nos países anglo-saxões e na Europa ocidental. Marx se enganou: de início, na previsão histórica; nada do que ele anunciou, diz-se, ocorreu: “erro” referente ao epicentro do movimento revolucionário, subestimação dos fatores nacionais, má apreciação das forças sociais em ação na Rússia e nos Estados Unidos; visão simplista da “tomada do poder”; sem considerar os erros de julgamento mais “concretos”, tendo por objeto os acontecimentos que tinha diante de si: as revoluções de 1848 e a Comuna de Paris. Não soube, em segundo lugar, construir uma política: de falsas manobras em falsas manobras, de conflitos em conflitos, ele chegou, contra qualquer bom senso, a quebrar a Associação Internacional dos Trabalhadores. Quanto à sua obra econômica, prossegue-se, ela

permanece, a despeito de, por um lado, uma lógica da qual se agrada reconhecer o rigor e de uma intuição de conjunto de que se gosta, por outro lado, lhe conceder, um discurso abstrato, penetrante aqui, abstruso ali, frequentemente confuso, que, de todo modo, agora, não tem mais nenhum valor “operacional”.

Não se trata, nesta breve comunicação, de julgar se são bem fundadas essas imputações. Provavelmente, é mais proveitoso tentar determinar a partir de que *princípio* de julgamento, elas são pronunciadas (não nos interessam aqui as motivações e as causas políticas empíricas que as subentendem). Marx cometeu “erros” proclama-se, e esses erros o desqualificam. Mas, precisamente, o que se chama então de “erro”? Tem-se desse conceito, à propósito do qual se disputa desde tanto tempo, uma outra concepção que não a grosseiramente empirista? Não é subscrever uma idéia estranhamente ingênua de ciência exibir “fatos” para invalidar uma teoria? Como se a noção do *fato* não fosse, de todas aquelas que se invocam como provas, a mais incerta, a mais ambígua e a mais fantástica!

Mas antes de aprofundar sobre esse ponto, examinemos que tipos de reação suscitou esta “contestação” dos “erros” de Marx. Ao descrevê-las, ao determinar os polos em torno das quais se organizam, veremos, talvez, aparecer este princípio de julgamento que procuramos. Existe, de início, a atitude de *inflação*. Nós já a analisamos esquematicamente nos parágrafos precedentes. Assim, o conceito de mais-valia não é “operacional” para compreender o funcionamento de uma empresa moderna; Marx, porque cunhou, do exterior, esquemas pré-estabelecidos sobre os movimentos de 1848, não pôde captar-lhes o sentido profundo; a teoria das crises cíclicas e cada vez mais graves do capitalismo que ele desenvolveu não encontra, na realidade, desde quase meio século, nenhuma confirmação; a idéia que ele tinha de ação proletária mundial não encontra realização efetiva, se se julga pelos trabalhos dos sociólogos e dos historiadores. Em resumo, Marx, por todas essas razões, é um teórico do pior gênero, um ideólogo; ou melhor (ou pior): um metafísico.

Deste ponto de vista, não se tem sequer necessidade de "refutar" Marx. A situação histórica – da qual "decorrem" seus erros – o refuta por si mesma. Inútil discutir a concepção econômica marxista, como o faziam ainda ingenuamente Bohn-Bawerk e Schumpeter. Inútil sublinhar tal ou qual fraqueza da noção e dos limites que ele dava ao "regime feudal" ou de economia antiga; inútil retomar a correspondência, os artigos "políticos" escritos para os jornais americanos. Marx, morto em 1883, está por esse próprio fato *ultrapassado*.

Está tanto mais ultrapassado quanto, como ele mesmo confessava, se quis herdeiro de tradições múltiplas, que pretendia integrar e "sublimar", no bom estilo da *aufhebung* da tradição hegeliana. Emile Brehier, na sua erudita *Histoire de la philosophie*, compreende Marx, ao lado de outros, como epígono do hegelianismo; ele lhe é a "aplicação", dirá mais fina e mais profundamente Eric Weil. Na realidade, ele é um desses metafísicos que, vítima do "atraso alemão", tentava compensá-lo acumulando referências às novidades teóricas e práticas. Fazia Hegel – que permanecia em Stewart – passar por Ricardo, o programa dos operários parisienses influenciados por Saint-Simon pelo crivo dos conceitos do pensamento germânico, as reivindicações efetivas do proletariado pelos canais de uma fraseologia de pretensão universalista. Quão vivazes são Tocqueville, o jurista viajante, ou – pelo contrário – Fourier, o visionário autista! O século XIX é a época em que o sistema se esforça por subsistir, compondo o antigo e o novo. Hegel e Comte, cada um ao seu modo, na abstração, tiveram êxito nisso; Saint-Simon continua, Fourier exagera. Chega Marx, que é, de certo modo, mais razoável, que tem o senso da boa síntese. A ideologia que elabora tem a chance de se tornar a retórica dos movimentos operários; as retóricas dos eventuais concorrentes – Proudhon, Lassalle, Bakunin – são, por causas históricas, eliminadas. A obra de Marx se torna o *marxismo*...

Em todo caso, hoje, para o economista, para o sociólogo, para o político, a leitura de Marx é inútil. Marx é um pensador entre outros. Os que o consideram interessante têm toda legitimidade de estudá-lo como tal e de

se fazer marxólogos. A existência da marxologia não é, aliás, a prova da morte do marxismo?

* . * . *

O fato de que Marx “tenha se enganado” – que se proclame que ele se enganou – suscita também a atitude contraditória. À *inflação* referente aos erros se opõe a *negação*. Esta pode ser total: ela é praticada mais frequentemente pelos políticos e pelos propagandistas. Aos olhos deles, os argumentos que se apóiam sobre a não operacionalidade dos conceitos definidos por Marx como aqueles que contestam em nome dos fatos, se chocam com um fato global, maciço: a “carta do mundo”. A obra de Marx, completada por outros teóricos, que, no segundo terço do século XIX, “exprimiam” a ação de alguns milhares de operários conscientes, tornou-se hoje a ideologia triunfante de um terço dos habitantes do planeta. “A prova do *pudding*¹ é comê-lo”; a prova do marxismo é o que ele importa. Mas, atualmente, a negação é, em geral, mais nuançada; não se prende a simplificações tão grosseiras: argumenta, também, e retém, por seu turno, fatos.

Em primeiro lugar, a nuance introduzida é de ordem marxiológica. Sem dúvida, argumentar-se-á, Marx não pôde ver tudo; mas os erros que ele comete não se referem a uma carência profunda de suas concepções; suas causas são históricas. Marx, aliás, dá os meios para redirecionar essas debilidades que são, sublinhemos, de pouca importância. A melhor prova disso é que os teóricos, seus sucessores, souberam, retomando suas indicações principais, adaptá-lo às novas circunstâncias. Marx e Engels são fundadores de uma doutrina viva, tão viva quanto o devir das classes oprimidas em luta por sua libertação. Adotando o marxismo, as massas agrupadas no seio da III Internacional sabiam que teriam por fundamento de sua atividade perspectivas práticas e princípios teóricos que importava reajustar em função das conjunturas.

¹ Em inglês no texto. A frase é de Engels (NT).

Assim como veremos em seguida, esta argumentação é interessante: lhe falta para ser convincente ser enunciada em função de conceitos mais refinados. Mais, apresentada assim, ela coloca mais problemas do que resolve. Ela supõe, com efeito, por um lado, uma homogeneidade integral da obra de Marx e Engels, e, por outro, uma idêntica homogeneidade do marxismo. Assim, como veremos, os "erros" de Marx não se situam todos ao mesmo nível; não têm todos a mesma significação e a constituição de um "sistema dos erros" de Marx implicaria não apenas que se determinem exatamente as articulações da obra, mas ainda que se distingam no interior daquela os domínios hierarquizados de pesquisas.

A isto é necessário acrescentar que esta noção de "marxismo vivo", que parece clara e dinâmica, serviu de cobertura a operações ideológicas as mais duvidosas. Com efeito, a disputa começa quando se trata de saber quem soube organizar mais eficazmente a correção dos "erros" de Marx e que, de um só golpe, soube que indicações precisas era necessário utilizar para tal. O que Karl Kautsky e Bernstein, cada qual a seu modo, consideraram como ponto a desenvolver, a interpretar e a reajustar, Lenin e Rosa Luxemburgo cada qual a seu modo, não o consideraram como tal. Sabe-se bem: cada continuador se sente ortodoxo e, desde então, relê, como lhe parece justo fazer, o fundador que escolheu. A técnica é corrente e seria ter uma visão bem ingenuamente otimista da história do pensamento contestar-lhe a legitimidade. Pois o problema não é saber quem é *fíel* – problema já difícil de resolver quando se trata de autores relativamente "homogêneos" como Descartes, Tocqueville ou Max Weber, e, decididamente, sem solução quando se trata de um pensador como Marx – mas de determinar que tipo de leitura introduz a inteligibilidade máxima, isto é, torna precisamente legíveis os textos, estando cada texto localizado no seu projeto específico e no seu contexto de elaboração, e, em particular, permite fixar claramente a natureza dos "erros", das "debilidades", das "omissões"...

Pois, no fundo, a técnica da negação nuançada, da qual não fizemos aqui senão esboçar os procedimentos, volta a admitir a idéia global e confusa de erro que os detratores de Marx usam. A negação nuançada – forte na

moda atual no seio do “marxismo aberto” – no fundo, não é senão uma negação abstrata da operação de inflação: permanece *defensiva*; em resposta à inflação, ela se contenta em *atenuar*, utilizando argumentos diversos que vão da justificação de tipo marxiológica às afirmações referentes ao “marxismo vivo”.

* . * . *

O “marxismo fechado” – fechado sobre suas certezas – é teoricamente absurdo e, conseqüentemente, ineficaz praticamente. Quanto ao “marxismo aberto”, ele bem freqüentemente subscreve aquilo mesmo que ele busca negar... E o que ele subscreve é uma concepção empirista do “erro”. As atitudes da inflação e da negação têm, com efeito, em comum aquilo que elas admitem como evidente: que o erro se definiu como inadequação do pensamento ao fato (e que a verdade é essa adequação). A primeira exagera a distância de uma a outra; a segunda tende a reduzi-la (explicando-a e compensando-a em relação ao que ocorreu). Nos dois casos, o “fato” é colocado como juiz da teoria: lá ele a infirma; aqui, finalmente, ele a confirma. Mas se se observa bem de perto as duas argumentações, percebe-se que sob o termo “fato” vêm em instância as referências as mais disparatadas. Em resumo, se se faz a discussão teórica que agrada aos “teóricos” dos estados-maiores políticos sempre seduzidos pelas possibilidades de compromissos e os técnicos de troca: “Marx viu bem que... mas não viu que... Lenin todavia... mas tal experiência estabelece que...”. A “marxismologia” está a caminho. O debate se torna tão pesado e tão sórdido que logo se encontra mais atração nas críticas que praticam, para além das nuances, a inflação furiosa ou a negação total.

Mas o problema se situa em um outro nível. Se existe uma contribuição metodológica fundamental de Marx, é a de que ele não admite em absoluto este axioma que constitui toda a metafísica ocidental, axioma segundo o qual o homem estando por natureza (ou por decisão divina) prometido à transparência lógica, o pensamento verdadeiro é aquele que reflete, re-

produz, tal qual ela é (ou tal qual ela se torna) uma realidade exterior e, entretanto, harmoniosa e secretamente conivente com ela. Sem dúvida Marx, freqüentemente nas suas obras que a edição Molitor qualificou de "filosóficas", nos seus desenvolvimentos politico-históricos, em muitos textos que se poderiam extrair de seus textos de maturidade – O Capital, entre eles – aceitou implicitamente esse axioma. Ele lançou, sem dúvida, as bases de uma nova "filosofia da história", sendo a filosofia da história, àquela época, o avatar apenas renovado de uma metafísica exangue. Mas ele escreveu também textos que marcam, de uma maneira decisiva, para nós, uma ruptura radical com esse modo de pensamento.

Como Althusser sublinhou fortemente, a técnica demonstrativa de *O Capital* implica uma nova concepção da atividade cognitiva: conhecer não é, em absoluto, assimilar-se ao real, fundir-se nele (seja esse real compreendido como dado sensível ou como dado mental ou ideal), mas produzir conceitos graças aos quais a *apropriação* de um campo teórico ou empírico seja possível. Esta operação supõe, fundamentalmente, que este campo foi definido, isto é, que um objeto de pesquisas foi delimitado. Testemunha o segundo prefácio de *O Capital*; testemunha também o prefácio que Friederich Engels escreveu para o segundo livro de *O Capital*; testemunha este texto extraído da *Introdução geral à Crítica da Economia Política* (Ed. Rubel, "La Pléiade", t. 1, pp. 254-255): "Aparentemente é bom método começar pelo real e o concreto, a suposição verdadeira; de onde, na economia, pela população que é a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Todavia, examinando mais de perto, esse método é falso. A população é uma abstração se deixo de lado, por exemplo, as classes das quais ela se compõe. Estas classes são por seu turno uma palavra vazia de sentido, se ignoro os elementos sobre os quais elas repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, o preço, etc. Se então começo pela população, me darei uma representação caótica do conjunto; depois, por uma determinação mais precisa, procedendo por análise, atingirei conceitos cada vez mais simples; atingido esse ponto seria necessário fazer a viagem ao inverso, e atingirei de novo a popula-

ção. Desta vez não terei diante dos olhos um rol caótico, mas um todo rico em determinações, e em relações complexas. Historicamente, o primeiro caminho foi o seguido pela economia nascente. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo conjunto vivo, a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc.; mas eles acabam sempre por descobrir, no meio da análise, um certo número de relações gerais abstratas, que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. Desde que estes momentos particulares foram mais ou menos fixados ou abstraídos, viu-se surgir os sistemas econômicos que se elevam do simples, tais como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. *Este último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto, porque é a síntese de múltiplas determinações, donde a unidade na diversidade. É porque o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado e não como ponto de partida, ainda que ele seja o verdadeiro ponto de partida, e conseqüentemente o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena é volatilizada em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas atingem a reprodução do concreto pela via do pensamento.*" (nós sublinhamos estas últimas frases.)

Nessas condições, se Marx definiu uma concepção da *produção* da verdade que rompe com os hábitos impostos pelo empirismo-idealista ou realista –, é de se perguntar, no mínimo, se seu trabalho exige um julgamento admitindo, como evidente, a noção empirista de erro. Mas, aqui, não vamos mais longe e permitam-nos uma analogia. Não é senão uma analogia, precisemo-lo bem; autoriza-nos todavia o fato que Marx, desde 1857, não deixou de reclamar da *ciência* e que, por esse termo, ele entendia então o que na sua época se tinha como tal: a física, a química e, logo, graças a Claude Bernard e a Darwin, o estudo do vivente. Ninguém contesta hoje que a ciência física – cuja prática é dominante – tem por fundadores (estando bem entendido que nomeando estes teóricos não excluimos alguns daqueles que contribuíram para a elaboração de suas pesquisas: predeces-

sores ou contemporâneos) Galileu e Descartes. É a eles que se reconhece terem definido, pelos seus escritos, seus trabalhos, sua argumentação, *um objeto novo*: a natureza; de ter fixado os conceitos e os princípios que permitiram a exploração deste objeto; em resumo, de ter delimitado um campo de investigação e o método que lhe corresponde.

Ninguém mais contesta que os *Discursos* de Galileu e os *Principia philosophiae*² de Descartes são, nos seus enunciados explícitos, na sua "teoria" da natureza, nas pressuposições implícitas ou explícitas que admitem, "superadas". Vê-se mal um físico contemporâneo justificar, por exemplo, a extrapolação que deve operar, no seio da sua prática teórica, da experiência real, efetiva, a experiência possível, potencial, pela referência às idéias cartesianas de veracidade divina ou de perfeição de Deus. Ninguém contesta, enfim, que Galileu e Descartes, sobre muitos pontos, referentes ao enunciado de tal lei científica, se enganaram pesadamente. O teorema cartesiano das forças vivas é falso; e o Tratado dos Meteoros formiga de ingenuidades.

Não obstante, essas duas "carências": insuficiência na terminologia que administra o fundamento e debilidade no enunciado das leis empíricas, a epistemologia atual considera séria a fundação galilaica-cartesiana, algum desenvolvimento contestando que ele deveu sofrer, algum remanejamento que, em seguida, se lhe impôs. Comparada aos princípios de inteligibilidade que aporta a física de Descartes, o erro cometido a propósito da distância da Terra à Lua é de pouca importância...

Alexandre Koyré – principalmente na *Conclusão* de seu estudo sobre *Galilée et la loi d'inertie (Etudes galiléennes, pp. 161-291)* – mostra claramente por qual caminho Galileu, depois Descartes, chegaram "a promover do mais velho assunto uma ciência nova". Práticas empíricas tinham renovado completamente a percepção da "natureza" e obras como as de Copérnico, de Giordano Bruno, de Tycho Brahé traduziam, em níveis diferentes, esta mutação. Esta última, todavia, se deu lugar a *pesquisas empíricas*

² Em latim no texto. (NT).

admiráveis, não tinha ainda, em absoluto, sido pensada. Como Galileu chegou a pensá-la? Os *Diálogos* são muito esclarecedores a esse respeito: eles opõem Sagredo, a *bona mens*,³ Simplicio, o aristotélico, e Salviati, o platônico, que é, de fato, o porta-voz do autor. Galileu, com efeito, se quer discípulo de Platão. Apresenta-se como tal; segundo ele, a concepção platônica da matemática é o acesso graças ao qual o empreendimento físico em curso pode aceder às suas formulações últimas, isto é, ao seu fundamento. É em termos platônicos que Salviati contesta a argumentação aristotélica, que constrói pouco a pouco o conceito de “natureza”, uma natureza que fala uma linguagem matemática, “uma linguagem das quais as letras e as sílabas são triângulos, círculos, retas”. Uma teoria antiga, depositada na cultura e remodelada por ela, serve assim para criticar, para medir a insuficiência de uma outra teoria antiga, ela própria remodelada, mais ainda a favor. O neo-aristotelismo – do qual é necessário observar bem que ele foi arranjado por descobertas recentes e que as integrou razoavelmente – é contestado em nome de um neoplatonismo que não tem, no fundo, outra virtude senão pensar em termos matemáticos, isto é, em função de conceitos... Face a uma série de pesquisas empíricas que produzem uma nova representação da “realidade”, a linguagem platônica permite a Galileu construir um objeto novo, a *natureza*, o conceito de natureza, graças ao qual uma inteligibilidade maior se introduziu, permitindo julgar as debilidades fundamentais das teorias antigas e as carências parciais das novas concepções. Este conceito de natureza dá ao pensamento a possibilidade de se apropriar de práticas e ideologias antigas ou novas... O desenvolvimento da pesquisa física desde então mostrou que as teorias regionais e as práticas que nasceram direta ou indiretamente deste conceito não contestaram essencialmente a essência e que as modificações que elas faziam intervir se organizavam em torno do campo definido por essa essência...

Seria muito pedir ao pensamento contemporâneo que se habitua, graças aos trabalhos de Alexandre Koyré, de Gaston Bachelard, de Georges

³ Em latim no texto.

Canguilhem, a considerar o encaminhamento da pesquisa física deste modo – concordar que Marx concebeu sua empresa em uma ótica análoga (quando mesmo – como Galileu se acreditava freqüentemente platônico – não teria conhecido tudo o que *fazia*)? Tomando assim o problema, o enigma da potência empírica do marxismo – insolúvel para os que invalidam Marx, inchando os “erros” que ele cometeu – poderia ser colocado em termos claros. Formulemos – sempre analogicamente – esta mesma questão: em que é absurdo pensar que a obra de Marx está para a ciência da sociedade assim como as obras de Galileu e Descartes estão para as ciências da natureza? Por que não admitir que *O Capital* e os textos que o preparam – a partir de 1857 – e o acompanham têm, para o estudo das sociedades, a mesma função que assumiram – em uma outra época onde o interesse principal era diferente – os *Discursos* de Galileu ou os *Princípios* de Descartes?

Certamente, o difusionismo pode voltar a carga: por que se interrogar sobre Marx? Por que não suscitar uma mesma pergunta a propósito de Durkheim, de Max Weber, de Pareto? E de Schumpeter e de Keynes? E de Watson e de Freud? A resposta é banal. A propósito de todos esses pensadores, a questão pode e deve ser colocada; é necessário que ela o seja a propósito de alguns outros, mais antigos ou mais recentes. Permanece que – se se excetua Freud e, em um segundo plano, Durkheim –, nenhum desses pensadores chegou a definir um *objeto* novo, um “concreto de pensamento”, permitindo uma investigação radical e abrindo um campo de pesquisas empíricas até então ignorado. O que eles trouxeram, que não seria de negligenciar, fizeram como “sábios”, no sentido em que esse termo é tomado desde que se trata das ciências ditas humanas, hoje isto é, em um domínio onde compõem, segundo proposições variáveis, o teórico, o ideológico e os resultados empíricos.

A prova não é a “carta do mundo”, nem sequer a exigência moral à qual se encontra reduzida toda reflexão ao se situar em relação ao marxismo (“o marxismo é o horizonte da cultura”, disse Jean-Paul Sartre). É o fato que os conceitos definidos por Marx penetraram, muitas vezes insidiosamente, todos os domínios da pesquisa, da teoria política à etnologia, da eco-

nomia à ciência histórica. A carta que se joga não é a do “mundo”, mas a da inteligibilidade. Os teóricos da *inflação* (da qual resumimos acima a atitude) o sabem bem, que reprimem por todos os meios a importância de Marx e lhe vêm, contra todo bom senso, se se aceita os pressupostos que eles admitem, proclamar-lhe a inutilidade.

Ora, se se aceita esta proposição: tratar de Marx como se trata de Galileu, de Lavoisier ou de Darwin, o problema dos “erros” de Marx (e, conseqüentemente, como o notamos a pouco, o enigma do êxito do marxismo, dos marxismos) se encontra colocado de um modo absolutamente diferente. O próprio texto – e, particularmente, *O Capital* – se dá, de outro modo, à leitura. Ela tem, de início, de determinar em que medida a herança terminológica e, conseqüentemente, um pouco conceitual, organiza a exposição de Marx. O incidente sobre a “coqueteria hegeliana” do procedimento de exposição de *O Capital* deve reter nossa atenção: Marx sabia que, tomado pela urgência da prova e do combate teórico, devia usar um sistema de significações que não recobria adequadamente o novo domínio de investigação que tinha definido. Neste nível, os “erros” de Marx são de ordem teórica: a teoria que ele construiu – o materialismo histórico e seu prolongamento na *crítica* da Economia política –, teoria que se elabora através de um questionamento fundamental dos ideólogos “progressistas” dominantes: a economia política inglesa e o socialismo francês – não podia deixar de ter por ponto de apoio conceitual o vocabulário hegeliano e de veicular assim concepções metafísicas (entre outras, a filosofia da história e a idéia do *sujeito* que ela implica). A leitura de Marx, aqui, não pode deixar de ser crítica: ela visa fazer aparecer o que o *conjunto* dos textos organizados significa, mas que não *dizem*, em detalhe. Mais precisamente, uma leitura alternativa em detalhe faz aparecer as lacunas e as redundâncias que desvelam o projeto de conjunto e o seu sentido. Marx é hegelo-ricardiano como Galileu é platônico e Descartes é tributário da teologia.

Se é assim – se se tem uma teoria do erro e de seus níveis –, os “erros” de Marx *devem* se situar em um outro domínio: no interior do campo empírico definido por esta aplicação e ilustração do materialismo histórico

que é *O Capital*. O telescópio de Marx, a esse respeito, não é mais poderoso que o de Galileu; ele não teve jamais, aliás, nestas matérias, o telescópio todo-poderoso, que revelaria, de um só golpe e inteiramente, a própria coisa. Historiador das sociedades contemporâneas e de seus dinamismos, Marx fez extrapolações precipitadas; ele mudou, a propósito delas, julgamentos; deixou-se levar tanto pelo otimismo quanto pelo pessimismo; ele concluiu algumas vezes, raciocínios científicos por um argumento retórico. Deplorar essas fraquezas, reprimi-las como se se tratasse de um erro –, re-jubilar-se – como se fosse uma prova – é um sinal, nos dois casos, de debilidade epistemológica.

O que conta, é o efeito de inteligibilidade que podem produzir, em tal ou qual domínio da pesquisa, os conceitos fundamentais definidos pelo materialismo histórico. Onde estaria a sociologia burguesa se os conceitos de força produtiva, de relações de produção, de luta de classes não tivessem desmantelado suas belas certezas referentes ao *consenso social*? Onde estaria a economia tecnicista se, precisamente, não tivessem sido designadas como índices de problemas as relações existentes entre as leis que governam a evolução tecnológica e as que regulam as relações sociais? Marx, através de todas as suas debilidades, soube aportar a distância graças à qual a sociedade, deixando de ser um sujeito-objeto para si mesma segundo a ambigüidade mantida pela metafísica, se tornou um conceito, isto é, o tema de uma prática teórica que, como tal, esclarece e dirige as práticas efetivas.

* . * . *

Voltemos, para concluir, às duas atitudes assinaladas no início deste texto. Uma e outra julgam a obra de Marx em nome da empiria, a primeira para invalidá-la, a segunda para fazê-la valer. Os detratores constataam uma ruptura entre a teoria e a prática; os defensores, quando não são fanáticos, proclamam uma adequação por vir. Mas uns e outros não levam em conta o que Marx muitas vezes disse e que Lenin confirma: o ponto de par-

tida da teoria é a experiência, a prática, mas a experiência, a prática não são, portanto, uma prova. A prova da validade da teoria é, logo, teórica. Quando a teoria está constituída e desenvolveu sua prática teórica, então, na medida em que não possa ser senão teoria das práticas efetivas, ela esclarece estas e se torna “instrumento de ação”.

O Capital não reflete nada, ele constrói. O que ele constrói é uma inteligibilidade do capitalismo graças à qual as práticas dos movimentos operários tenham a possibilidade de *querer* o que querem. Cabe-nos reiterar a empresa teórica e, conseqüentemente, prática, da qual Marx lançou os fundamentos em *O Capital*.

IDEOLOGIA

E

VERDADE

* Conferência pronunciada no Centro de Estudos Socialistas, em 1962. Publicado em *Les Cahiers du Centre d'Études Socialistes*, n° 20, 15 de outubro de 1962.

IDEOLOGIA E VERDADE

Tomarei o problema “Ideologia e Verdade” de uma maneira mais teórica do que Henri Lefebvre¹; não me situarei de início no marxismo, mas para que nossa discussão seja bem clara, me esforçarei em definir de imediato as noções em jogo e, em particular, a noção de ideologia. Essa noção é extremamente confusa, e pode se dizer que hoje é o “núcleo da controvérsia” da sociologia e da filosofia atuais.²

O QUE É IDEOLOGIA?

O que se entende em geral por ideologia? Em um primeiro sentido, por ideologia, compreende-se a ou as concepções de mundo que dominam em uma sociedade dada e que, em virtude de um sistema mais ou menos rigoroso de conceitos, de imagens, de mitos, de significados, governam a conduta dos indivíduos e dos grupos, dirigem seu julgamento e, digamos mais esquematicamente, organizam o seu imaginário. Segundo a ótica escolhida admitir-se-á que em uma sociedade dada existe uma ou várias ideologias, e que cada uma delas pode ser mais ou menos coerente, flutuante ou contraditória.

Assim considerada, toda ideologia se mostra como uma realidade implícita ou latente. Expressa-se desta ou daquela maneira, mas não pode-

¹ Junto com a conferência de Châtelet houve outra, com o mesmo título, proferida por Henri Lefebvre.

² O texto é, lembremos, de 1962.

ria mostrar-se inteiramente em um indivíduo ou em um grupo. Neste sentido, é então uma espécie de substância que, certamente, existe à parte, mas que só é percebida como existente a partir de suas manifestações. A ideologia participa assim do domínio do inconsciente, ou pelo menos, do domínio do não reconhecido. Exemplo: o camponês bretão que recusa aderir a uma cooperativa de esquerda, que vota no PSU,³ que manda seus filhos à igreja e que aceita, se a ocasião se apresenta, esconder um militante argelino.⁴ Ele está na ideologia, ou mais exatamente, no cruzamento de ideologias diversas neste primeiro sentido. Sem dúvida, ele pode justificar tal ou qual tipo de conduta, mas lhe é muito difícil sistematizar estas diversas condutas. Nele estão depositados hábitos, valores, idéias, reações afetivas que ele experimenta e que lhe calam fundamente, mas que lhe escapam ao controle. Evoquei o caso do camponês bretão; a situação do intelectual antifascista não é certamente mais clara.

Em uma segunda significação, mais precisa, melhor definida, aliás, pela sociologia, o termo ideologia designa o ou os sistemas, relativamente não contraditórios, que os grupos de pressão (Estado, partidos, oligarquias de toda ordem, sindicatos, comitês, etc.) que agem na sociedade contemporânea, produzem mais ou menos conscientemente. Por uma necessidade natural e social, estes grupos de pressão, estes agrupamentos tendem a fazer predominar, nos diversos domínios da vida, suas concepções, seus interesses e seu projeto. Cada agrupamento tende a impor total ou parcialmente o estilo de vida ou de pensamento que lhe parece justo. Elabora, para este fim, meios de pressão que vão da opressão pura e simples, quando o poder lhe é dado, até as técnicas mais sutis da publicidade, passando por todas as formas de condicionamento psicológico.

Nesta perspectiva, a ideologia não pode mais ser considerada como um horizonte de delimitação própria, mas como o resultado de uma tentativa, inteligente ou não, de dominação. É assim que se fala de ideologia capi-

³ Partido Socialista Unificado. (NT)

⁴ Era a época da guerra da Argélia. (NT)

talista, ideologia socialista. Notemos, de passagem, que esta concepção resultaria, a meu ver, do estudo que Aristóteles faz da retórica, porque esta ideologia procede essencialmente utilizando os argumentos e as técnicas que o autor da retórica analisou.

Existe enfim um terceiro sentido do termo ideologia. O homem é um ser que tem necessidades, que, para empregar a expressão de Jean Paul Sartre, vive na escassez, sofre e luta para adquirir satisfação material e reconhecimento. Está engajado como tal na luta de classes e na luta dos Estados, e então elabora um ideal e tenta elaborar o discurso correspondente a este ideal. Constrói assim uma ideologia. Na sua forma mais elevada, como a pouco observou Henri Lefebvre, a ideologia é então a filosofia. A filosofia aparece como uma ideologia que é reconhecida como tal, controlada, dominada, e que se expressa sabendo-se muito exatamente o que ela quer dizer. É então que se fala de ideologia materialista ou ideologia idealista, uma e outra aceitando axiomáticamente uma certa definição do homem e do Ser.

A CRÍTICA MARXISTA DA IDEOLOGIA

Tendo tentado definir a ideologia, para poder discutir, de resto, o valor destas definições, queremos tentar mostrar qual é, em relação a este problema, a contribuição fundamental da obra de Marx. Deixemos bem claro que não tomaremos o marxismo na sua totalidade, mas o que pertence propriamente a Marx. Parece, em primeiro lugar, que Marx mostrou a ligação profunda que une os três níveis aos quais remetem as diversas definições de ideologia. Ele provou que as filosofias, os ideais religiosos, as noções comuns recebidas em uma sociedade dada, não são os simples produtos da opinião do pensamento, mas a expressão de forças sociais das quais a análise histórico-econômica pode fazer aparecer as estruturas. Portanto, um vínculo estrutural, dinâmico, une as práticas sociais e singularmente as práti-

cas sócio-econômicas à sua expressão ideológica. De fato, o que Marx estabeleceu é que entre o que se costuma chamar, no jargão atual, as “infra-estruturas” econômico-sociais e as “superestruturas” ideológicas, existe uma ligação e esta ligação é precisamente a estrutura de uma sociedade dada. Notemos, a esse propósito, um fato significativo: nos manuais de marxismo oficial, fala-se muito de infra-estrutura e de superestrutura e ignora-se precisamente o termo comum que é, que foi o objeto da atenção de Marx, a estrutura, graças à qual “infra-estrutura” e “superestrutura” se constituem e se determinam em relação uma à outra.

Isto não é entretanto senão um primeiro aspecto da contribuição de Marx. O segundo ponto que Marx pôs em evidência é a função social das ideologias. A ideologia não é somente expressão, é também meio de ação, elemento teórico mais ou menos deliberado, mais ou menos consciente de uma prática social dada, de uma prática social parcelar, parcial. Gostaria de dar um exemplo histórico. Quando Aristófanes se fez porta-voz do pequeno campesinato arruinado pela guerra conduzida por Atenas contra Esparta, ele não se contenta em exprimir, ou como se diz, refletir – oh termo infeliz, – os sentimentos, as paixões ou os interesses deste pequeno campesinato. Talvez seja isso que Aristófanes procura conscientemente fazer, mas ao mesmo tempo, ele veicula sem o saber uma ideologia que vem sustentar a política consciente conduzida pelas oligarquias contra a democracia ateniense, progressista e imperialista.⁵ Vemos, portanto, a propósito disto, que a ideologia se torna um instrumento de ação nas mãos dos políticos.

Marx sublinhou um terceiro aspecto. Em uma sociedade dada, e Marx o mostrou a propósito da filosofia em particular, a classe dominante tende a impor sua ideologia, sua visão da realidade a toda a sociedade. Neste sentido, a ideologia é *alienante*, *mistificante* e *reificante*. Examinemos esse triplo processo qualificando, em graus diversos, a sociedade industrial contemporânea.

⁵ Châtelet não usa o termo imperialista no sentido conceitual rigoroso. (NT)

A ideologia é alienante porque ela impõe ao homem uma visão da realidade que o torna estranho à sua verdadeira prática social. Exemplo: a ideologia da pátria ou do interesse nacional (acrescente-se sempre, é verdade, para “vender o peixe”, “interesse nacional verdadeiro”) tem como finalidade fazer os trabalhadores esquecerem as relações sociais fundamentais da luta de classes em uma sociedade dada e da luta de classes em escala mundial.

A ideologia é também mistificante, seria necessário mesmo, para ser preciso, dizê-la mitificante. Para levar a bom termo a operação alienadora, uma ideologia produzirá um certo número de mitos, destinados a polarizar a afetividade social. Entre estes mitos, darei como exemplo, o do grande homem, no qual se sente encarnar a sorte e o destino de toda a coletividade desde as origens. Pensamos naturalmente aqui em um personagem como Stalin que não somente realizava a Pátria soviética mas ainda encamava a Rússia desde as brumas originárias. Stalin que se tornou depositário de todos os ideais, de toda afetividade social.

Enfim, a ideologia é reificante. Tende a fazer durar o estado de coisas dadas. Desde logo, ela inventa conceitos graças aos quais este estado de coisas deva poder ser legitimado. A operação de legitimação se passa na maioria dos casos da seguinte maneira: tende-se provar que o estado de coisas corresponde à natureza, à vocação, ao destino da humanidade e que este estado de coisas realiza plenamente o que sempre se desejou. Notemos, por que isto é importante, para o que se segue, que esta operação de reificação, de coisificação do homem, das idéias, de toda a realidade, repousa sobre a noção de que existem verdades adquiridas de uma vez por todas, verdades sobre as quais não se pode voltar. O pensamento se imobiliza então na reflexão, recusa o diálogo, a confrontação, ou só aceita confrontação referente a assuntos pouco importantes, como assinalou ainda há pouco Henri Lefebvre, ou somente quando se admitiu um certo número de axiomas, sobre os quais sobretudo está proibido voltar.

O MARXISMO PETRIFICADO EM IDEOLOGIA

Ora, o sentido da contribuição de Marx foi o de desmistificar a sociedade industrial no seu estágio capitalista, de fazer aparecer a realidade sob as ideologias que a mascaram. Marx quis que uma teoria da prática global da sociedade capitalista fosse elaborada. Esta teoria é o socialismo científico. Mas então para quem tenta ser sério e recusar o dogmatismo, uma questão se coloca, uma questão difícil. Nós não pretendemos resolvê-la agora. A única indicação teórica, que se poderia dar, consiste em designar caminhos possíveis, objetos de confrontação e de debates. A questão crucial é: *que prova uma teoria pode apresentar do fato de que ela não é uma ideologia? Que prova ela pode dar de sua verdade?*

Esta questão fundamental é preciso confessar: é relativamente nova, ou mais precisamente, se coloca, desde alguns anos, em novos termos. Por quê? Porque o próprio marxismo se tornou fonte ideológica constrangedora. E é por isso que nós, marxistas, somos obrigados a responder a esta questão que é uma retomada original da questão da prova de que falava Henri Lefebvre ainda há pouco. Pode se dizer que o materialismo dialético, sob sua forma teórica e prática, é (excetuando-se o cristianismo) a mais célebre, a mais constrangedora, a mais brilhante das ideologias que pesa hoje sobre o mundo.

Como se apresenta o materialismo dialético hoje? Henri Lefebvre disse o essencial sobre este ponto. Apresenta-se como um sistema geral do mundo, tendo respondido de uma vez por todas as questões fundamentais, o Ser, o Conhecer e o Agir. Se se consulta um manual dialético e materialista, vê-se desenvolver aí uma ontologia que descreve o Ser como ele é. Desta descrição emanou uma lógica. As leis da dialética são conhecidas; não se deve, sobretudo, misturá-las e negligenciar a ordem prescrita: todo erro aqui é revisionista e mesmo reacionário. Desta ontologia e desta lógica tira-se, por dedução, uma Moral. Assim, à sua obra sobre a *Teoria Materialista do Conhecimento*, Roger Garaudy fez suceder

um manual intitulado *Da Liberdade*, onde se explica como se deve conduzir se se quer ser um homem honesto. Deste conjunto tirar-se-á facilmente uma estética: o realismo socialista, sob suas formas diversas, agressivas ou tranqüilas, é precisamente esta estética. Explica-se aí ao artista como ele deve trabalhar, o que deve pintar, o que deve descrever, o que deve escrever. Toda essa dedução hierarquizada pode ser tirada da afirmação fundamental: a matéria existe anterior e exteriormente ao espírito.

Uma observação se impõe: procedendo desta maneira, o materialismo dialético, adota a forma e os ritmos do pensamento escolástico e da metafísica tradicional, e esse empréstimo não pode deixar de influenciar, para nós que lemos Marx, o conteúdo do que é dito: quando se adota uma certa forma e uma certa problemática, o conteúdo das respostas se encontra ligado à forma da problemática adotada.

Assim, admite-se que existem verdades adquiridas de uma vez por todas. Citemos aqui um exemplo. A matéria existe antes do espírito: este é o axioma fundamental. Há uma lei dialética que explica que quando existem modificações quantitativas, no fim de um certo tempo, se produz uma brutal modificação qualitativa. Bota-se uma panela no fogo, a temperatura aumenta, no final de certo tempo, obtém-se vapor. Eis aí um esquema bastante significativo acompanhado de um bom exemplo. Por que não estendê-lo a problemas mais importantes e afirmar, por exemplo, que a vida é o resultado da complicação da matéria? Existem modificações materiais sucessivas, progressivas, cada vez mais complexas, e, de repente, surge a vida. Eis o que nos dizem os manuais “marxistas”. Mas mesmo este “marxismo” nos diz também que se deve crer na ciência. Que a ciência é o único modo de pensar pelo qual as verdades podem ser descobertas. No entanto, surge aí uma ambigüidade, para não dizer uma contradição. Por um lado, o materialismo dialético põe como verdades absolutas enunciados muito gerais formulados no mais puro estilo da dogmática filosófica tradicional; por outro, declara querer refugiar-se atrás da autoridade da ciência. Ora, no estado atual, a ciência não prova (nem nega, por outro lado) as teses propostas. Apesar disso, o filósofo dialético ou materialista

vai à caça dos resultados. Tenta encontrar na massa dos resultados fornecidos pelas diversas disciplinas científicas aqueles que estão de acordo com a sua perspectiva; estes, ele os toma por sérios e importantes; os outros, ele os coloca entre parênteses, e os considera freqüentemente como o produto desta mentalidade idealista, ruim, que ainda obscurece o espírito de numerosos eruditos. Foi, por exemplo, o que levou Garaudy a dar, na sua tese, *A Teoria Materialista do Conhecimento*, uma significação particular aos trabalhos da bióloga soviética Olga Lepechinskaia, sobre as origens da vida. Considerou estes trabalhos simultaneamente como uma prova e uma ilustração. Dois anos após revelou-se que os resultados obtidos por Olga Lepechinskaia eram cientificamente falsos. Isto aliás, não perturbou a bela tranqüilidade do Sr. Garaudy, que passado o desapontamento, se pôs a procurar novas “ilustrações”.

IDEOLOGIA OU VERDADE?

O materialismo dialético manifesta-se assim como uma ideologia, no segundo sentido do termo acima definido, isto é, como a expressão dogmática e sistemática dos interesses e das paixões de um grupo sócio-político. Eis porque somos levados por via regressiva a perguntar que resposta Marx dava a este problema. Como Marx teria respondido esta questão: o que prova que uma tese não é uma ideologia, mas uma verdadeira teoria? E como ele justificaria a perspectiva de conjunto que ele definiu?

Muito freqüentemente, quando se faz esta pergunta, ocorre uma resposta emprestada às obras da juventude de Marx. Ele justificaria sua ótica mostrando que ela exprime o proletariado e que no proletariado, está depositado o destino da humanidade.

Esta resposta, confessemos-lo, não parece ser muito convincente e não repousa sobre idéias claras e distintas. Com efeito, ela supõe que o proletariado é espontaneamente o depositário da verdade. Sabemos, certa-

mente, que um filósofo insistiu no fato de que o oprimido, o escravo, na medida em que trabalha a materialidade e luta contra a natureza, é o depositário da verdade, o fermento do progresso e da negatividade. Este filósofo não é Marx, mas Hegel. Ora, parece que Marx tomou de empréstimo, talvez sem refletir muito, um dos elementos menos claros, mais românticos da dialética hegeliana.

A verdadeira resposta de Marx é uma resposta um pouco diferente que não exclui, aliás, de modo algum, a importância da luta proletária. Ela se encontra em *O Capital* (pois é apenas nesta obra que Marx está de posse de sua concepção explícita da teoria e do sentido da teoria). *O Capital*, se se quer apontar-lhe brevemente os traços, é, de início, uma análise científica. E, por análise científica, é preciso entender uma análise fundada sobre um controle tão objetivo quanto possível dos fatos e dos dados. Mas isto é importante, esta ciência objetiva, que Marx tenta elaborar (de minha parte creio que ele consegue), só pode ser uma ciência crítica. A verdadeira análise da sociedade industrial é, ao mesmo tempo (a referência do subtítulo da obra é uma prova disso), uma crítica da economia política, da economia política liberal, isto é, precisamente desta ciência que, com Smith e Ricardo, fez grandes descobertas, mas que tinha isolado no homem o *homo economicus*, tinha tratado unicamente do homem econômico e o tinha considerado como sujeito passivo de determinações econômicas. Uma das mais importantes lições de Marx é de que não podem existir teorias que sejam verdadeiras se elas não se constituem, ao mesmo tempo, como críticas das teorias existentes que consideram o homem na parcialidade de suas determinações.

Em segundo lugar, essa crítica da economia política se transforma ao mesmo tempo, em uma crítica da sociedade capitalista. O que significa crítica da sociedade capitalista? Quer dizer, sem dúvida, descoberta do elemento negativo real, explicando o futuro desta sociedade, por um lado, e, por outro, ressaltando que esta sociedade secreta, engendra constantemente a realidade efetiva que entra em luta contra ela, tenta subvertê-la, ou seja, o proletariado engajando-se no combate. Assim esta ciência objetiva se

desenvolve em teoria científica da luta operária mundial. Ela é o elemento teórico desta luta.

A PASSAGEM DA IDEOLOGIA À VERDADE

Coloquemos, para concluir, a questão: em que situação nos encontramos atualmente? Em que condições uma teoria pode hoje ser dita verdadeira? o problema é tão difícil que só podemos fazer algumas observações. Bem, creio que, *em primeiro lugar*, para que uma teoria possa ser verdadeira é necessário que preencha três critérios: 1) fundar-se em um controle científico ligado a uma prática; 2) constituir-se em potência teórica contestando a sociedade existente; 3) ser capaz, por suas próprias forças, de engendrar uma efetividade prática.

Ora, atualmente, a dificuldade para o teórico é muito grande. Porque as práticas se fragmentaram. Além disso, apareceram práticas parcelares tendo um caráter não diretamente político, as quais, no entanto, importa levar em consideração. Assinalamos, por exemplo, os trabalhos dos psicanalistas, dos psiquiatras ou dos etnólogos. Eis aí práticas que não tem, a primeira vista, um objetivo político, mas que em se desenvolvendo, tornam-se rapidamente questionamentos da sociedade burguesa, da sociedade industrial em que nos encontramos.

O problema que se nos coloca então, o da passagem da ideologia à verdade – da ideologia na qual estamos inseridos, queiramos ou não – é o de saber se somos capazes de elaborar essa teoria unitária que, não somente seria a teoria das práticas econômico-sociais globais da humanidade atual, mas que, ao mesmo tempo, seria capaz de integrar os resultados mais importantes obtidos por essas disciplinas, por estas práticas, que nós evocamos. Eis aí, creio, a questão que se coloca para todos nós. Não nos parece que uma obra como a de J. P. Sartre, *Crítica da Razão Dialética*, que é bonita e interessante, represente precisamente esta síntese. Talvez uma tal

síntese não seja possível hoje. Talvez hoje sejam mais ricas as reflexões sobre tal ou qual prática, por exemplo, sobre a prática dos psicanalistas e sobre os conceitos que ela utiliza. Talvez seja muito cedo para se sonhar com esta prática unitária.

Em todo caso, é necessário afirmar com Marx que a passagem da ideologia à verdade não pode ser uma passagem teórica. Quanto à questão colocada aqui, não parece possível determinar qual a resposta teórica a ser dada. Como se passa da ideologia à verdade? É no nível das práticas “teorizando-se” cada vez mais claramente que esta passagem pode ser efetuada. É por isso que, mais do que nunca, creio que a meditação sobre Marx é indispensável.

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA
REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 239.8342
Telex: (019) 1150 - Telefax (019) 239.3327
Correio Eletrônico: pubifch@turing.unicamp.ansp.br